



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação e Documentação
(FCI)

Livro Eletrônico: diferentes ângulos da mesma questão

Kelson Anthony de Menezes

Brasília, DF
Agosto, 2010

KELSON ANTHONY DE MENEZES

Livro eletrônico:
diferentes ângulos da mesma questão

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília (UnB) como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dulce Maria Batista

Brasília, DF
Agosto, 2010

M524l Menezes, Kelson Anthony de
Livro eletrônico : diferentes ângulos da mesma questão
/ Kelson Anthony de Menezes. -- Brasília, 2010.
XII, : il. ; 28 cm.

Monografia de Graduação em Biblioteconomia –
Universidade de Brasília (UnB), 2010.

Orientadora: Prof^a Dra. Dulce Maria Baptista
Bibliografia

1. Livro eletrônico. 2. Direito autoral. 3. Sociedade da
Informação. 4. Título.

CDD 020
CDU 027



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação e Documentação
(FCI)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Kelson Anthony de Menezes

Livro Eletrônico: diferentes ângulos da mesma questão

Aprovado em: 24/08/2010

Banca Examinadora:

Dulce Maria Batista (Orientadora)

Professora da Faculdade de Ciência da Informação e Documentação

Robson Almeida

Professor da Faculdade de Ciência da Informação e Documentação

Jaime Robredo

Professor da Faculdade de Ciência da Informação e Documentação

Conceito Final:_____

Brasília, DF
Agosto, 2009

Dedicatória

Ao Meu Jesus Cristo,

Segunda a Sua Riqueza em Glória, supriu cada uma das minhas necessidades e cujo relacionamento íntimo, proporciona-me alegria e a razão diária de viver unicamente para Ele.

Obrigado por tudo e principalmente pela oportunidade ímpar de poder conhecê-Lo.

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”.

2 Timóteo 4:7

Agradecimentos

À minha mãezinha, que é a melhor mãe do mundo, sem sua dedicação a este filho, este trabalho não teria nem começado. Agradeço por seu amor, crença, carinho e companheirismo.

À minha família por sua fé em mim.

Ao meu primo George Menezes, pelo seu esforço, incentivou-me a entrar na graduação de uma Universidade Federal.

À Mchilanny Bussinguer, a minha Lannynha, cujo eterno amor, carinho, companheirismo, palavras de afeto, atenção e dedicação a minha pessoa, colaborou para que esse trabalho se realizasse da maneira mais tranquila possível.

À minha orientadora Professora Dulce Maria Baptista por receber-me como seu orientando e com suas correções perspicazes e atenção fez com que esse trabalho seguisse seu caminho.

Ao Professor Sebastião Sousa, que em pleno terceiro semestre, foi capaz de despertar o bibliotecário que havia em mim.

Aos meus amigos de graduação: Alan Freires, Diego Henrique, Vanêssa de Sousa, Stephany Camila, Alisson Morais, Ângela Christina, Jhônatas Camacho, o Murruga e Marcel Melo, que puderam sempre me ajudar em tudo ao longo da graduação.

Em especial aos escritores: C. S. Lewis, J. R. R. Tolkien, Sócrates, Platão, Aristóteles, John Locke, Geraldine Brooks, Norman Geisler, Frank Turek, G. K. Chesterton, Philip Yancey, Brennan Manning, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, José de Alencar, Maurício de Souza, Emmanuel Kant, Arthur Schopenhauer, Blaise Pascal, William P. Young, Bruce Wilkinson, Rick Warren, F. W. Lancaster, Antônia Memória e Fiódor Dostoiévski entre outros que, ao longo dos anos, puderam me inspirar diariamente, posso dizer que um pouco de cada um deles vive em mim.

“No lugar onde se queimam livros, no fim se queimam homens”.
(Henrich Heine)

Resumo

Esta pesquisa se refere ao universo do livro eletrônico, e sua inserção na sociedade da informação, salientando os diferentes ângulos da mesma questão. São tratadas questões como os impactos e transformações que o livro eletrônico poderá causar na sociedade da informação. Este trabalho traz como objetivos específicos: analisar características do livro eletrônico como inovação tecnológica, analisar características do livro eletrônico como produto comercial e analisar a questão do direito autoral na *Web*. Por meio de uma pesquisa descritiva e analítica, procura-se elucidar algumas implicações relacionadas com o livro eletrônico (e-book), tais como: o livro eletrônico será mais barato que o impresso? O livro impresso vai desaparecer? Qual a relação existente entre e-books e bibliotecas; e a questão do direito autoral. Ainda não existe uma política que defina o uso de e-books, a questão do direito autoral deve sim ser observada, mas antes deve-se compreender que o espaço *Web* é um espaço comum para todos.

Palavras-chave: Livro eletrônico. Sociedade da informação. Direito autoral na *Web*. E-books e bibliotecas.

Abstract

This research deals with the the universe of electronic book, and its inclusion in the information society, stressing the different aspects of the same issue. Issues such as the impacts and changes which electronic books may cause in society are considered. Specific objectives of this work are: to analyze the characteristics of the electronic book as technological innovation; examine characteristics of the electronic book as a commercial product; consider the issue of copyright on the Web. By means of a descriptive and analytical study, we try to elucidate some implications for electronic book (e-book), and ask questions such as: the electronic book will be cheaper than the printed one? The printed book will disappear? What is the relationship between e-books and libraries and the issue of copyright.

Keywords: Electronic book. Information society. Copyright on the Web E-books libraries.

Lista de figuras

Figura 01 - MEMEX.....	28
Figura 02 - Macbook	35
Figura 03 - iPhone	35
Figura 04 – iPad.....	36
Figura 05 – Smartphone	36
Figura 06 – Rocket e-book.....	36
Figura 07 – SoftBook Reader.....	36
Figura 08 – Cybook.....	36
Figura 09 – RADIUS.....	38
Figura 10 – iRex-iLiad.....	38
Figura 11 – Sony Reader PRS 505.....	38
Figura 12 – JetBook.....	38
Figura 13 – Kindle 2.....	39
Figura 14 – Flepia.....	39
Figura 15 – Braille Book ou BBook.....	41
Figura 16 – Adobe Acrobat.....	42
Figura 17 – E-Rocket Book.....	42
Figura 18 – MobiPocket Reader.....	43
Figura 19 – MS Reader.....	44
Figura 20 - A máquina-robô "Maria Bonita".....	52

SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	Justificativa	15
3	Objetivos	16
3.1	Objetivo Geral	16
3.2	Objetivos específicos	16
4	Metodologia	16
5	Descrição e análise	17
5.1	O livro como registro do pensamento	17
5.2	Pensamento e informação	19
5.3	Histórico do livro	22
5.3.1	História da escrita	22
5.3.2	Livro Impresso	24
5.4	O livro eletrônico	26
5.4.1	Origem	26
5.4.2	Conceito	28
5.4.3	Dispositivos eletrônicos de leitura	34
5.4.4	Softwares especiais de leitura de e-books	41
5.5	O livro eletrônico, o bibliotecário e o usuário da informação	45
5.6	O livro eletrônico como produto comercial	49
5.7	Repercussões do livro eletrônico	53
5.7.1	Acesso à informação	58
5.7.2	Depósito Legal	63

5.8	Direito autoral.....	63
5.8.1	Histórico do Direito Autoral.....	65
5.8.2	Definição.....	67
5.8.3	Indagações atuais.....	68
5.8.4	Direito autoral na web	70
6	Considerações finais.....	74
6.1	O livro vai acabar?	74
6.2	Mais perguntas do que respostas	75
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 Introdução

A simples ação de ir a uma biblioteca e pegar algum livro para apreciar uma boa leitura, ou até mesmo, ir a uma livraria para adquirir aquele novo livro de um autor preferido para completar a coleção numa estante pessoal, ou deleitar-se em uma boa leitura esperando por um ônibus, ou numa viagem de trem, tudo isso é aparentemente normal para bibliófilos ou simplesmente para aqueles que gostam de navegar na imaginação acompanhado de um bom livro.

Os livros sempre acompanharam a humanidade, sempre houve o hábito de registrar aquilo que passava pela mente humana. Graças a esse bom hábito, originou-se a escrita. Posteriormente, apareceram os manuscritos e mais tarde o livro propriamente dito. O livro sempre variou indo de registros carregados de mistérios e magia até os puramente científicos. Desde os primórdios, independentemente de seu conteúdo, o livro e o hábito da leitura sempre estiveram ao lado da humanidade.

O gosto pela leitura continuará seguindo as próximas gerações, mas nesta, algo contribuiu para uma mudança na maneira de efetuar uma leitura qualquer e no modo de carregar ou até manusear algum livro. Ocorre um fenômeno não visto nos últimos cinco séculos, em que o livro impresso reinou de maneira absoluta, e que resulta das novas tecnologias. A tecnologia de informação evoluiu de modo significativo, e é neste universo de novidades tecnológicas, que surge o livro eletrônico (*e-book*), que, sendo em si um progresso, é também fonte de controvérsia em todo o mundo.

A internet possibilitou um grande aumento do acesso à informação, praticamente encontra-se de tudo na *Web*. Uma rede mundial com a possibilidade de enriquecer o conhecimento de qualquer um, hoje se defronta com algo que questiona o seu uso comum por usuários de diversas partes do mundo. O direito de propriedade intelectual, por exemplo, é uma questão que

suscita dúvidas quanto à legitimidade, ou mesmo a legalidade de se deixar todos os conteúdos livremente disponíveis na rede. A Internet deve ser uma rede mundial para todos com custo zero, ou não?

O surgimento da imprensa de Gutenberg contribuiu para o aumento de livros impressos, mas também colaborou para o amadurecimento do direito de propriedade intelectual. Sendo assim, até onde isso poderia ser vantajoso para o conhecimento da humanidade?

Neste contexto, a posição do bibliotecário como gestor da informação, por consequência, também é modificada. O papel das bibliotecas muda com os avanços tecnológicos. Pois com essa evolução, tudo é transformado, o bibliotecário, o usuário, as ferramentas e até mesmo as necessidades de informação são modificadas. Não somente por causa da *World Wide Web*, mas também por causa da nova tecnologia dos livros eletrônicos. Será que eles poderiam substituir os livros impressos?

O tema desta pesquisa foi definido sobre o universo do livro eletrônico, e sua inserção na sociedade da informação, salientando os diferentes ângulos da mesma questão. São tratadas questões como os impactos e transformações que o livro eletrônico poderá causar na sociedade. Este trabalho traz como objetivos: analisar características do livro eletrônico como inovação tecnológica, analisar características do livro eletrônico como produto comercial e analisar a questão do direito autoral na *Web*.

Por meio de uma pesquisa descritiva e analítica, procura-se elucidar algumas implicações relacionadas ao livro eletrônico (e-book), como: o livro eletrônico será mais barato que o impresso? O livro impresso vai desaparecer? Qual a relação existente entre *e-books* e bibliotecas; e a questão do direito autoral.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, na qual se busca realizar uma análise documental sobre a questão da inserção do livro eletrônico na sociedade, com uso da internet, se isso causaria ilegalidade diante dos direitos

de propriedade intelectual, o impacto dessa nova revolução sobre a sociedade da informação. Seria correto deixar todos os documentos da *web* como domínio público ou não. O livro eletrônico é capaz de beneficiar a sociedade até qual ponto?

No universo da sociedade atual, as bibliotecas digitais promovem um acesso facilitado a vários conteúdos disponíveis na internet, proporcionando que escolas, universidades e até mesmo empresas desfrutem de materiais didáticos, livros, artigos e pesquisas *on-line*. Nessa perspectiva, todo conteúdo em formato eletrônico poderá ser acessado de qualquer lugar que se tenha acesso à internet, sendo assim, o documentalista precisará estar prevenido, pois a política de desenvolvimento de certa coleção de uma unidade de informação poderá ser influenciada por esse formato no qual as obras poderão ser lidas em textos completos, ou seja, cria-se uma coleção, a coleção de livros eletrônicos.

2 Justificativa

Esta análise se justifica pelos impactos potenciais e efetivos que o livro eletrônico traz à sociedade em termos de acesso à informação, bem como em função dos atuais questionamentos que suscita, diante da tecnologia tradicional representada pelo livro impresso.

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Analisar os principais aspectos referentes ao livro eletrônico.

3.2 Objetivos específicos

Analisar características do livro eletrônico como inovação tecnológica;

Analisar características do livro eletrônico como produto comercial; e

Analisar a questão do direito autoral na *Web*.

4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e analítica que a partir de revisão de literatura procura explorar os principais aspectos envolvidos na questão do livro eletrônico. O levantamento de literatura baseia-se nos seguintes tipos de fontes: livro, periódicos, matérias publicadas na imprensa e literatura acadêmica.

A revisão de literatura tem como objeto o livro eletrônico, e a partir desse tema, identifica e explora os principais aspectos relacionados à questão. Para tanto, obedece às seguintes etapas:

1 – Levantamento bibliográfico sobre livro eletrônico.

2 – Definição de aspectos principais a serem considerados.

5 Descrição e análise

De acordo com a metodologia proposta, e considerando a literatura consultada como base para descrição e análise dos vários aspectos referentes ao livro eletrônico, apresenta-se a seguir a descrição e análise dos dados e informações levantados, sob forma de uma pormenorizada revisão de literatura, a qual procura contemplar os principais ângulos da questão.

5.1 O livro como registro do pensamento

O pensamento humano sempre esteve em constante evolução. O filósofo francês Blaise Pascal (2006, p. 96) afirmou que “O pensamento faz a grandeza do homem [...] e A memória é necessária para todas as operações da razão”.

Diante disso, o homem sempre necessitou de comunicar-se e exercitar o seu pensamento, conseguindo não somente organizar ideias, mas também objetos, animais e até mesmo pessoas. A necessidade de compilar informação aparenta sempre ter existido junto com o homem.

O pensamento evolui. Segundo o conceito do pensamento complexo:

Ordem e desordem são inseparáveis, necessitando-se e co-produzindo uma a outra. Não se trata de equilíbrio estático, e sim dinâmico. Em geral, ordem e desordem são vistas como opostos e excludentes enquanto o pensamento complexo evoca uma dialógica entre a ordem, a desordem e a organização. Há ordem na desordem e vice-versa, formando um tetragrama ordem-desordem-interação-organização. [...] Para o pensamento complexo, a realidade está em constante movimento, produzindo, continuamente, interações. (ALMEIDA; SIMÕES, 2005, p. 158).

Pensar em construção cognitiva e organizacional sempre fez parte do homem. Pode-se ver isso não somente nas gravuras realizadas pelos homens

em paredes de cavernas ou em hieróglifos (do grego *hieros* “sagrado”, *glyphein* “gravar”) dos egípcios, mas também em produções gregas como as do filósofo Sócrates. A utilização do pensamento para organizar a informação de um modo lógico, aparenta ser atividade realizada desde os primeiros humanos que existiram sobre a face da terra. Registrar os acontecimentos, costumes e tradições, foi uma contínua atividade humana.

O ser humano sempre precisou comunicar-se. O Professor John Rader Platt, investigador da Universidade de Chicago, (*apud* SHERA 1977, p. 9), acrescentou às tradicionais necessidades do homem referentes a ar, água, alimentação e abrigo, um quinto fator essencial a sobrevivência física que é a necessidade e o impulso por informação.

Desde os registros encontrados em cavernas até o surgimento do livro, a premissa de organizar informação sempre foi uma necessidade latente do ser humano. O ato de registrar o que se pensa, apenas evoluiu com o passar dos séculos. Inicialmente registravam-se cenas cotidianas de caça em paredes de cavernas, a escrita nas tabuletas de argila, e depois em papiros e pergaminhos, evoluindo, com o tempo, para o modelo revolucionário de Gutenberg até chegar aos dias atuais, com o formato eletrônico.

De um modo simplificado, o pensamento complexo não é estático, mas possui uma estrutura dinâmica. Não se limita a um formato tradicional, o pensamento complexo trabalha com o acaso. Sendo assim, a estrutura do pensamento não é mais totalmente dependente de uma verticalidade do processo de ensino e aprendizagem. O pensamento encontra-se multifacetado, saindo da ideia estática de um livro tradicional para um contexto mais amplo e dinâmico. A *Web* é capaz de oferecer um ambiente construído sobre uma plataforma em constante evolução, ilustrando muito bem a imagem do pensamento complexo. Neste aspecto, a rede mundial de computadores pode ser entendida como:

[...] um hipertexto, um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda de nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em hipertexto significa poder desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível, pois cada nó pode ter, por sua vez, uma rede inteira. (LÉVY, 1996, p. 33).

Gandelman (2007) define a *Web* ou *World Wide Web* como *sites* (sítios) na internet os quais contêm arquivos multimídias que executam cruzamentos de dados entre textos, sons, imagens, vídeos e documentos diversos, utilizando um determinado *software* ou programa.

Neste contexto dinâmico, encontra-se o livro eletrônico e, ao ser inserido em tal ambiente, o livro é liberado do tradicionalismo do registro impresso, abandonando a verticalidade engessada do pensamento. O livro, que em sua forma impressa, já havia se convertido no registro mais permanente do pensamento, agora, em sua forma eletrônica, contribui não só a essa permanência, como a novas modalidades de leitura e organização do pensamento. O fato é que foi por meio do livro que se disseminou o conhecimento em todo o mundo.

5.2 Pensamento e informação

É possível traçar um paralelo sobre a questão do pensamento e a informação. O filósofo Karl Popper (*apud* MCGARRY 1999, p. 135), traz uma análise interessante sobre o universo da informação, propondo três universos:

Mundo 1 “é o mundo das coisas materiais, o mundo do pau e pedra, de carne e osso, da realidade [...]”.

Mundo 2 “é o análogo mental de toda essa *realidade* [...] nossas reações individuais e coletivas ao Mundo 1 [...]”

Mundo 3 “é o mundo das idéias, arte, ciência, linguagem, ética, instituições – toda a herança cultural, a totalidade do pensamento registrado em qualquer forma [...] São todas as idéias e informações acumuladas de nossa busca visando a responder e interpretar o Mundo 1. Mas devem ser preservadas e codificadas em objetos do Mundo 1, como cérebros, livros, máquinas, filmes, computadores, materiais audiovisuais, e registros de todo o tipo”.

O ato de pensar para registrar não somente torna-se parte da estrutura cognoscível do homem, mas o que é registrado passa a alterar a sociedade em que ele está inserido.

A informação possui o poder de agir como um meio de comunicação e, através dela, pode-se adquirir conhecimento. Atualmente os suportes utilizados para registrar informação são os mais diversos. Com o passar do tempo, surgiram diversas vertentes para definir o conceito de informação. Wiener (1968), afirma que informação pode ser entendida como algum objeto ou mesmo algum termo que permutamos com o mundo exterior ou algo que modifica a estrutura cognitiva de algum indivíduo. O homem para viver necessita constantemente de absorver informação. Shannon (1949), elucida que informação é tudo que, dentro de uma estrutura lógica e cognoscível, é capaz de modificar a representação de algum objeto dentro da mente humana. McKay (1969 apud MCGARRY, 1999, p. 37) apresenta o conceito de informação como: “Informação refere-se não tanto ao que você diz, mas ao que poderia dizer. Ou seja, informação é a medida da liberdade de escolha quando se seleciona uma mensagem”.

A literatura acadêmica procurou conceituar informação das mais diversas maneiras. Apesar de possuir várias aproximações sobre o conceito de informação, de uma coisa pode-se ter certeza: a informação coube e sempre caberá nos mais diversos suportes. Desde as escritas em pedra até os *bits*¹ computacionais massificados nas últimas décadas do século XX, o suporte

¹ Bit – Unidade mínima de informação processada por um computador. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2008).

para a informação foi refinado, reconfigurado e reapresentado como um novo produto nas mãos de seus usuários finais.

Mas a informação nunca se apresentou por si mesma, é impossível pensar em informação sem um suporte para registrá-la. O livro como um dos suportes mais básicos passou pelas mais diversas modificações ao longo dos séculos. Sempre se procurou um suporte para registrar o que o homem pensou e produziu. É possível afirmar que o livro foi a maior revolução no que diz respeito ao registro de informação. Segundo Silva (2002, p. 1), é possível entender que:

A necessidade humana de registrar os feitos e fatos de sua história ao longo do tempo demandou o desenvolvimento de "técnicas de escrita" e de "artefatos", nos quais eram feitas as "anotações". Dentre as "técnicas" da escrita podemos citar a pictográfica, a cuneiforme, a mnemônica, a ideográfica, a hieroglífica e a fonética que se divide em escrita silábica e escrita alfabética.

O que se constata é que diante de todo o processo evolutivo que desembocou na chamada sociedade da informação dos dias atuais, o livro exerceu um papel preponderante, não só como registro do pensamento, como também como suporte e veículo disseminador de informação. Alguns marcos importantes da história do livro e de suas características são abordados a seguir.

5.3 Histórico do livro

Trata-se de assuntos referentes à escrita, sua evolução desde as bibliotecas minerais, passando pelo formato impresso de Gutenberg até o formato eletrônico, armazenado em *bits* na *Web*. Para tal construção, é relatado um histórico do livro até o advento dos *e-books*.

5.3.1 História da escrita

O aparecimento da escrita marca o fim da pré-história e o início do período da história antiga. Por volta de 4000 a. C. surge a escrita na Mesopotâmia. Mas estudos recentes demonstram que a escrita não surgiu em um local somente. Pesquisas realizadas no ano de 2009, afirmam que a escrita, concomitante à sua aparição na Mesopotâmia, surgiu também no Egito e na Índia.

Desde o surgimento de bibliotecas minerais, onde o suporte para informação era gravado em argila, a informação sempre careceu de ser registrada para não ocorrer seu desaparecimento, extravio, esquecimento ou extinção. A preocupação com o registro da informação sempre existiu e transcendeu os séculos. McGarry (1999, p. 111) afirma que:

[...] as sociedades têm armazenado e organizado [...] a crescente 'reserva de pensamentos registrados' no passado [...] para que se possa voltar a utilizá-la. Desde o passado mais longínquo a que podemos recuar com alguma certeza, sempre houve locais especificamente construídos com esse fim. [...]. As bibliotecas, em seu sentido mais amplo, existem há quase tanto tempo quanto os próprios registros escritos. O instinto de preservar e a paixão de colecionar têm sido os fatores determinantes da criação, manutenção e desenvolvimento.

Higounet (2003) classifica a escrita em de dois modos, não-alfabética e alfabética. E segundo Battles (2003), o sistema de escrita realizado em argila denominava-se “cuneiforme” (do latim *cuneus* “cunha”, e *forma* “forma”), nome dado devido aos seus caracteres silábicos terem forma de cunha. Uma vantagem interessante dos livros em argila é a sua duração, pois esta não se degrada tão facilmente como o papel. Além disso, sua durabilidade era extremamente pertinente ao clima seco e árido da região do Fértil Crescente.

Existem outros tipos de escritas que eram feitas com outras espécies de materiais. De acordo com Benício (2003) existiram diversos materiais que foram utilizados para realizar a escrita, além da argila, houve quem usasse ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, cascas de árvores e couro. Machado (1994), Pereira (1995), Martins (1998), Dias (1999), Pereira e Rutina (1999), Correia (2000), Costa (2000), Silva (2000), Cavalcante e Duarte (2003), Farbiarz e Nojima (2003), Aquino (2004), Mello Junior (2004), Oliveira (2004), Niederauer (2002) e Queiroz (2007) descrevem diversos artefatos que foram utilizados como suporte para a informação como: alabastro, alumínio, bronze, cera, cerâmica, cimento, cobre, códex², estanho, in-fólios³, latão, látex, mármore, ouro, papel⁴, papiro, pergaminho, pedras, plástico, prata, rolos, tábuas de madeira, até chegar à impressa e desta ao formato digital ou eletrônico que pode ser encontrado hoje em diversos lugares da *Web*.

² A formatação do livro normal baseado no (códex)

³ Conjunto de folhas reunidas de modo simples para utilizar e armazenar diversos tipos de informações de maneira mais facilitada que os rolos. Hoje seria semelhante à forma de um caderno (FARBIARZ; NOJIMA, 2003).

⁴ Segundo Oliveira (2004), o papel surgiu na China, por volta do século II a.C.

Com o advento das bibliotecas antigas, como por exemplo, a Biblioteca de Alexandria, surgiu o papiro como suporte para o registro de informação e, posteriormente, o pergaminho passou a desempenhar o mesmo papel. Ambos com o propósito de servir como suportes de informação e para o conhecimento registrado.

Passou-se a reunir manuscritos⁵ das mais diversas significações culturais. Os livros em rolos passaram a ser organizados com uma estrutura basicamente lógica. No século XV apareceu a revolucionária ideia de Gutenberg com a impressão de livros. O códice possui uma praticidade por ser mais prático de manusear do que os rolos. Além disso, também é mais fácil de ser armazenado e transportado. Não obstante, apesar dessa praticidade, sua durabilidade é menor que a dos rolos de pergaminho.

5.3.2 Livro Impresso

O livro impresso possui uma considerável durabilidade e confiabilidade que perdura até o presente. A revolucionária ideia de Gutenberg deixa o livro mais compacto e melhor de ser manuseado. Além disso, a possibilidade de disseminação de ideias, pensamento, e informação, em geral, aumenta consideravelmente. Por meio da imprensa e da reforma protestante, o analfabetismo diminuiu na Europa, o poder do conhecimento e a hegemonia da igreja católica também sofreram redução, gerando grandes impactos culturais.

⁵ Livros redigidos à mão por monges que viviam em mosteiros, copiados - muitas vezes até em outras línguas -, decorados e encadernados no formato de códex.

O conhecimento começa a ser mais disseminado e com a elaboração dos livros impressos, a informação passa a possuir valor e chega a ganhar mercado. Começa a circulação do conhecimento através do livro impresso. Desde então, o códice do século XV passa por grande evolução e é refinado e redefinido até chegar aos dias atuais. Além disso, Benício (2003, p. 30), afirma que: “O livro impresso foi considerado como um instrumento de libertação do homem, por favorecer as classes menos favorecidas o acesso ao conhecimento”.

Posteriormente, o livro impresso começou a obter seu valioso espaço no mercado. A esse respeito, Baratin e Jacob (2006, p. 98) discorrem sobre uma questão interessante, a separação entre livros impressos e manuscritos. Tal separação inicia-se na biblioteca universitária de Cambridge, em 1583. Eles afirmam que:

“Jacques Le Long se deu conta dessa verdade em sua *Bibliothèque historique de la France*, publicada por Gabriel Martin em 1719 – isto é, na época em que se observa nas publicações bibliográficas e paleográficas esse processo de divórcio entre manuscrito e impresso”.

Mas como suportes de informação não existem apenas manuscritos e livros, com o tempo surgem também textos datilografados, as fotocópias, os microfimes e, já no século XX, os documentos em formatos eletrônicos legíveis em computadores. O papel da biblioteca não é de separá-los como aconteceu na biblioteca universitária de Cambridge no século XVI, mas sim utilizar todos os suportes possíveis de informação em benefício de seus usuários. O modo da prática de leitura tem sofrido importantes mudanças ao longo dos séculos. É pertinente ressaltar que a simples mudança no suporte de informação é capaz de gerar polêmica. Houve grandes questionamentos com o aparecimento da escrita e da informação registrada.

5.4 O livro eletrônico

Neste tópico serão abordados conceitos referentes a origem e conceituação do livro eletrônico como novo suporte para informação, sendo este apresentado e ambientado dentro do sociedade da informação em suas diversas implicações.

5.4.1 Origem

Pode-se entender o livro eletrônico segundo o conceito de Chartier (1999, p. 13), que afirma: “A revolução do livro eletrônico é uma revolução das estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler”.

Pode-se ver claramente que o surgimento do livro eletrônico não cria propriamente um questionamento novo em si. Um questionamento semelhante ocorreu quando houve a migração do livro manuscrito para o impresso. Tanto o manuscrito como o texto impresso possuem materiais tradicionais para sua construção e, conseqüentemente, a ocorrência da ocupação de seu respectivo lugar no espaço ou na prateleira também é questionada. Esta realidade aplica-se também ao livro eletrônico.

Uma implicação desde logo surgida com esse novo invento foi a divisão entre o formato eletrônico e o impresso, e, posteriormente, o barateamento do suporte em meio digital. Este fato dá ensejo a discussões e polêmicas.

A ideia inicial sobre um leitor ou visualizador de textos eletrônicos, foi apresentada pelo cientista norte-americano Vannevar Bush (1890-1974), ele foi diretor do *Office for Scientific Research and Development* (Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico) dos Estados Unidos (PAIVA, 2008).

Em meados da década de 1940, Bush publicou um artigo para a revista *The Atlantic Monthly*, intitulado “*As we may think*”, sobre o primeiro modelo ou artefato de uma máquina que possuía um mecanismo de leitura. Denominava-se MEMEX (MEMory EXtension), dispositivo com o qual qualquer usuário poderia depositar todos os seus livros, registros e comunicações. Além de ser o precursor do MEMEX, Vannevar Bush também foi um dos primeiros a conceituar o hipertexto, ferramenta hoje amplamente usada na rede mundial de computadores (PEREIRA, 1995).

O MEMEX poderia permitir que um indivíduo comum reunisse todos os seus dados pessoais e de pesquisas em um único dispositivo. Farbiarz e Nojima (2003) dissertam que o MEMEX é um aparelho muito semelhante ao atual livro eletrônico. O artefato criado por Bush seria capaz de armazenar centenas de materiais como notas manuscritas, registros datilográficos e até mesmo fotos. Poderia descrevê-lo como um computador portátil e de fácil manuseio.

Silva (2000) destaca que o equipamento serviria para armazenar e recuperar vários arquivos de informação contidos no dispositivo eletrônico. Existem autores como Procópio (2005), que afirma que o MEMEX é a ideia do livro eletrônico que existe hoje, o qual é utilizado para acessar informações e aumentar a disseminação da informação em todo o globo. Dias (1999, p. 271) ainda completa:

Bush descreveu o Memex como um dispositivo mecanizado em que uma pessoa guardaria todos os seus livros, fotos, jornais, revistas e correspondências e poderia consultá-los de forma rápida e flexível, como se fosse uma extensão de sua memória.

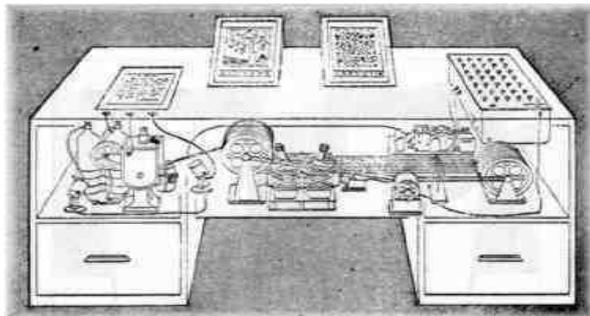


Figura 1 – MEMEX

Fonte: *site* www.unicamp.br

Na figura acima, Dias (1999) explica que o MEMEX poderia ser uma espécie de mesa com telas luminosas, utilização de um teclado, botões, manivelas e mecanismos para armazenar, gravar e fazer projeções fundamentadas em uma espécie de microfilmes.

Outro cientista norte-americano, da Xerox Corporation, Allan Kay, apresentou um conceito similar ao de Bush. Em 1990 surge o Dynabook, que seria, segundo Silva e Bufrem (2001), uma espécie de livro dinâmico ou computador de fácil porte, com baixo consumo de energia, com uma estrutura semelhante a um livro impresso, com duas telas similares à páginas de um livro, com textos, ilustrações coloridas e legibilidade perfeita. Todos esses aspectos são encontrados em um livro impresso.

5.4.2 Conceito

Algumas terminologias e conceitos sobre livro eletrônico são indispensáveis para a compreensão da enorme faceta no universo do conhecimento que esta tecnologia foi capaz de abrir. Uma observação clara desta faceta são os próprios nomes dados a esta tecnologia, que pode ser

designada como: Livro Eletrônico, Livro Digital, Hipertexto (texto para *Web* em HTML), *e-book*, *i-Book*, etc.

O códice, o qual foi refinado através dos últimos cinco séculos, pode conter atualmente a mesma informação, mas com formatos categorizados e suportes evoluídos. A computação proporcionou formatos como PDF⁶, XML⁷, HTML⁸, TXT⁹, etc. Com o aparecimento de tantos recursos de tecnologia eletrônica, surge o livro eletrônico. Este novo formato digital tem causado discussões sobre a questão dos direitos autorais e hábitos de leitura. Pois o seu acesso dentro da *Web* pode ser ilimitado e a leitura na tela de um computador torna-se cansativa.

Segundo Silva e Bufrem (2001), o *e-book* foi desenvolvido por meio do aprimoramento de programas que simulam a diagramação de um livro impresso. Na forma de hardware, proporciona a vantagem da portabilidade, armazenagem de vários textos ou livros em um único dispositivo, promovendo a locomoção e permitindo a leitura no escuro.

O termo livro eletrônico também é conhecido por termos em inglês de *e-book* (supressão de *electronic book*)¹⁰ e *i-book*¹¹, é um livro digital que pode ser lido em uma tela de computador, *notebook*¹², *netbook*¹³ ou em qualquer outro

⁶ Abreviação de Portable Document Format (Documento com formato portátil) Fonte: <http://www.adobe.com/br>.

⁷ Extensible Markup Language.

⁸ HyperText Markup Language.

⁹ Arquivo de texto.

¹⁰ Livro eletrônico.

¹¹ Computador Portátil da Apple.

¹² Computador Portátil.

¹³ Termo usado para descrever uma classe de computadores portáteis tipo subnotebook.

dispositivo eletrônico portátil como os celulares que possuem *Java*¹⁴. Outros dispositivos são conhecidos como *e-Readers*¹⁵, que são: *HandHelds*, *PocketPCs*, *Palm Top* (conhecidos também como computadores de mão ou PDA¹⁶), aparelhos de mp4 e variações. Existe também a possibilidade dos *e-books* serem lidos em iPhone e iPad, da Apple. Recentemente a Apple disponibilizou a leitura em formato eletrônico do livro *Alice no País das Maravilhas* para ser lido no iPad.

Velasco e Oddone (2007) definem o livro eletrônico como algo que, em meio digital, pode ser baixado gratuitamente da internet, através de *download* para o computador. Oliveira (2000) define que livro eletrônico existe somente como informação, através de um conjunto de *bits*. Sendo assim, não possui unidade geográfica concreta, isto é não existe de maneira palpável.

Precisa-se conceituar e definir o termo livro eletrônico de um modo mais preciso, pois o livro eletrônico pode-se confundir com qualquer texto produzido em formato eletrônico. Mello Junior (2004) analisa e define livro eletrônico como todo o livro produzido em suporte digital, o termo *e-book* será usado para definir o texto eletrônico. Mas usar *e-book* para definir texto eletrônico pode novamente confundir com outro texto que se encontra na *Web*.

¹⁴ Java é uma linguagem de programação orientada a objeto

¹⁵ Leitor de livros eletrônicos (VELASCO; ODDONE, 2007). Silva e Bufrem (2001) definição de leitores portáteis.

¹⁶ Abreviatura de Personal Digital Assistant (assistente particular digital).

O *site* Universia conceitua *e-book* como um livro eletrônico que possui: capítulo, sumário, índice, fotos e orelhas também em formato eletrônico. Sendo assim, o *e-book* não perde o formato tradicional de um livro, apenas é mudado o suporte onde se encontra a informação. Alguns conceitos podem seguir esta linha de pensamento, Rao (2005 apud PINSKY, 2009) afirma que o livro eletrônico possui quatro dimensões: conteúdo – propriedade intelectual; formato – documento ou formato do arquivo; leitor – software e aparelho de leitura – aparelho portátil ou hardware de leitura.

O mesmo pensamento tem Santos (2009), que destrincha o conceito em três etapas: o livro – o título em si ou a obra escrita, o *reader* – aplicativo que auxilia na leitura do livro na tela (no caso do iPad é executável como um programa comum de computador) e o dispositivo de leitura – o recipiente ou o suporte dos livros.

Silva e Bufrem (2001) dissertam que o *e-book* é um aparelho para a leitura de textos em meio digital, proporcionando a mesma estrutura de um livro impresso, principalmente a portabilidade. Bottentuit Junior e Coutinho (2007) afirmam que *e-book* é a utilização de livros por meio de aparelhos eletrônicos. Correia (2000) nomeia-o de armazenamento digital de informação. Frossard (2000) avalia os *e-books* como uma disseminação instantânea do conhecimento. Posteriormente o livro eletrônico poderá ser visto como um DSI¹⁷. Benício (2003) salienta que os *e-books* não utilizam tecnologias de ponta e podem ser lidos em computadores portáteis, além disso, eles são encontrados em arquivos disponíveis na internet, podem ser acessados através de *sites* de bibliotecas eletrônicas, livrarias, lojas e até sebos virtuais. Em contraste, Villaça (2002) assinala as vantagens de compilar e os benefícios no que diz respeito à supressão de barreiras de tempo, espaço e seleção, permitindo agilidade e um custeio menor do acesso às obras. Já Silva (2000) afirma que ainda não existe uma definição própria; sendo assim, o autor elegeu

¹⁷ Disseminação Seletiva da Informação. (GUINCHAT e MENOUE 1994, p. 27)

alguns conceitos de outros autores para poder chegar a um conceito aproximado.

Uma coleção de páginas de informação dinâmicas, interativas que executam a metáfora do livro (BARKER, 1991, p. 275 apud SILVA, 2000);

O livro eletrônico são sistemas de entrega de informação que são capazes de prover seus usuários com acesso a páginas de informação eletrônica com que podem interagir (BARKER, 1993, p. 32 apud SILVA, 2000);

Representações do conhecimento em hipertexto em um ambiente de rede mundial (FROSSARD, 1998, p. 43 apud SILVA, 2000);

É um dispositivo para ler textos e ver imagens no formato eletrônico (WHAT'S..., 1999 apud SILVA, 2000);

Dispositivo aplicado para funções específicas (MCKENNA, 1998 apud SILVA, 2000);

São produtos híbridos que combinam as capacidades de visualização de textos com a versatilidade dos computadores, entre as quais, ecrãs sensíveis ao toque, portabilidade, capacidade de alteração do tipo e tamanho da fonte, assim como a inclusão de dicionários gramaticais e/ou técnicos (RIBEIRO, 2000 apud SILVA, 2000).

A consistência das três primeiras definições torna-se evidente ao vincular o conceito de hipertexto ligado a computadores em redes à sua interatividade ajustada adequadamente na *World Wide Web*. Ambiente virtual onde o usuário pode navegar livremente pelas mais diversas leituras, todas construídas em hipertextos.

Nos três últimos conceitos, o foco é voltado para o dispositivo propriamente dito, sendo a portabilidade um requisito primordial para fazer ligação entre o leitor e o texto em formato eletrônico, sem necessariamente utilizar um computador para o acesso ser realizado, nem perder a utilização, a intermediação e a interatividade proporcionada pela *Web*.

É nítida a evidência do último conceito sobre o *device*¹⁸, e a portabilidade final oferecida ao usuário é clara, e enfatizar sua praticidade e revolução é notória. Outra observação é a evolução dos conceitos de livro eletrônico através dos anos. O primeiro, de 1991, de Barker, oferece uma ideia estruturada, relacionada com o computador como único abrigo para tal tecnologia. Em contraste, o conceito definido por Ribeiro (2000), traz uma elucidação clara sobre a evolução no que diz respeito à portabilidade do instrumento.

O mundo editorial do livro tem sofrido grandes mudanças com a desmaterialização do suporte impresso e a adequação de seu novo formato eletrônico. Segundo Milagros del Corral (2003), o primeiro *e-book* vendeu cerca de 500 mil cópias digitalizadas, destinadas ao público em geral. Esta primeira obra em formato eletrônico trata-se do romance (*Riding the bullet*) do famoso escritor Stephen King. O escritor passou a aproximar-se mais dos seus leitores, dispensando o mercado editorial e o seu formato impresso. O resultado foi surpreendente. De acordo com Milagros del Corral (2003), o escritor, famoso pelo seu gênero literário voltado para o terror, sugeriu que para cada livro baixado, o leitor, caso quisesse, enviasse-lhe o valor de U\$ 1,00 por arquivo baixado e que a soma recebida deveria corresponder, no mínimo, a 75% dos leitores. Caso a soma fosse inferior, o autor pararia de publicar suas obras. O resultado foi impressionante, Stephen King embolsou cerca de U\$ 600.000,00 com essa experiência revolucionária. Mas posteriormente, segundo Milagros del Corral, King voltou a publicar seus livros impressos, pois o número de leitores pagantes decaiu para cerca de 46%.

O fato ocorrido com Stephen King não é apenas revolucionário em termos de migração do suporte informacional de impresso para eletrônico. Mas a questão do direito autoral também é questionada e também deve ser revista. A visão de Stephen King sugere um Direito Autoral mais próximo de seus

¹⁸ Dispositivo em inglês.

leitores, mas também um grande desafio, pois nesta questão de direito autoral, inexistente uma maior clareza quanto a tal benefício para o escritor. Os desafios encontrados nesta moderna realidade não existem apenas para as editoras, mas também para os autores modernos, os leitores, os livreiros e também os bibliotecários, sendo estes profissionais os responsáveis pela ordenação de um amplo universo do conhecimento.

É necessário avaliar o papel desempenhado pelo *e-book* no século XXI, e como o bibliotecário irá tratar o manuseio desta informação em um novo suporte e as necessidades geradas para o usuário final.

O mercado editorial encontra-se num desafio inimaginável até poucos anos antes do lançamento do livro eletrônico. O editor sempre fora o elo entre escritores e leitores, concomitantemente, o mercado editorial aproximou autores e circulação de livros por todo o mundo. O livro sempre foi garantia não somente dos direitos autorais e lucratividade dos editores, mas também era portador da informação registrada por séculos. Com tal visão, o modo livro impresso sobrevive ao longo dos séculos, gerando assim política forte de preservação do conhecimento registrado. Neste caso, o papel passa a ser não somente um mero suporte informacional, mas uma importante ferramenta para a preservação do que fora uma vez registrado.

5.4.3 Dispositivos eletrônicos de leitura

Segundo Carvalho (2006) incluir novos suportes para informação que são resultados de novos avanços das tecnologias de informação e de comunicação influencia os processos envolvidos na escrita e na leitura.

No presente estudo, os dispositivos eletrônicos consistem na utilização dos *e-books* para a execução de leituras. Na língua inglesa, o termo pode variar como: *reading devices*¹⁹, *e-books devices* ou *e-readers*²⁰. Tais aparelhos são leves e compactos, aproximando-se do tamanho de um livro comum e pode ser carregado com facilidade para qualquer lugar e tem capacidade de armazenamento de centenas de *e-books*, figurando uma “biblioteca de bolso” ou uma “biblioteca portátil”.

De acordo com Bottentuit Junior e Coutinho (2007), um dos primeiros dispositivos de leitura para *e-books* lançados foram o *Rocket e-book*, desenvolvido pela empresa *NuvoMedia Inc.* e o *SoftBook Reader*, pela *SoftBook Press*, em 1998. Estes equipamentos podem chegar a armazenar cerca de 5.000 páginas, constando textos, gráficos, ilustrações e figuras. Silva e Bufrem (2001) afirmam que a França foi o primeiro país Europeu a entrar nessa nova vertente tecnológica, sendo que os franceses lançaram o *Cytale* (antes *Cybook*), no Salão do Livro de Paris, em março de 2000.

Dispositivos eletrônicos portáteis:



Figura 2 – Macbook

Fonte: <http://images.amazon.com>



Figura 3 – iPhone

Fonte: <http://tecnologia.files.wordpress.com>

¹⁹ Dispositivos de leitura.

²⁰ Leitores eletrônicos.



Figura 4 – iPad

Fonte: <http://www.apple.com/br/ipad/gallery/>



Figura 5 – Smartphone

Fonte: www.cidademarketing.com.br/

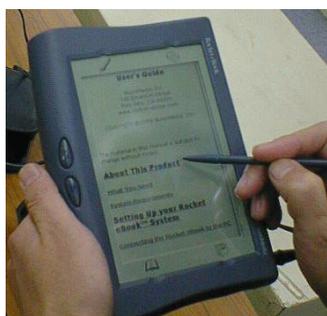


Figura 6 – Rocket e-book

Fonte: www.est.co.jp



Figura 7 – SoftBook Reader

Fonte: <http://www.admiroutes.asso.fr>



Figura 8 – Cybook

Fonte: <http://espento.files.wordpress.com>

De acordo com Santos (2009) esses equipamentos: possuem certas características:

- capacidade de grande armazenamento: milhares de páginas de texto e gráficos;
- possui tela de LCD *touchscreen* (sensível a toque);
- permitem luminosidade ajustável: um *backlight* regula a luminosidade do equipamento, proporcionando uma leitura no escuro;
- autonomia de baterias longa;
- peso mínimo permite uma portabilidade cômoda;
- é possível expandir a memória por meio de cartões micro-SD, entre outros.

Martins (2008) afirma que em Frankfurt, na Alemanha, na feira do livro em outubro de 2008, houve o lançamento de outros dispositivos para realizar a leitura para livros eletrônicos como: *Readius*, *iLiad*, *Sony Reader PRS 505*, *JetBook*, entre outros. Os novos dispositivos possuem design moderno, são práticos e têm uma maior capacidade de armazenamento. Além disso, podem editar, anotar e marcar trechos (*bookmarks*²¹), alguns modelos permitem o usuário baixar o conteúdo diretamente da internet, através de conexão *wi-fi*²² (também conhecida como *wireless*²³).

²¹ Poder ser entendido como uma pasta do Browser para *sites* favoritos.

²² Nome (marca registrada) de uma tecnologia que permite a conexão sem fio e de alta velocidade com a Internet através de ondas de rádio. **Fonte:** AISA. Dicionário Internet. 2010 Disponível em: <<http://www.aisa.com.br/diciona.html>> Acesso em: 14 jul. 2010.

²³ Rede sem fio de comunicação via internet de alta velocidade.



Figura 9 – Readius

Fonte: <http://im.rediff.com/>



Figura 10 – iRex-iLiad

Fonte: <http://www.best-ereaders.com>



Figura 11 – Sony Reader PRS 505

Fonte: <http://www.skylarknetworks.com/>

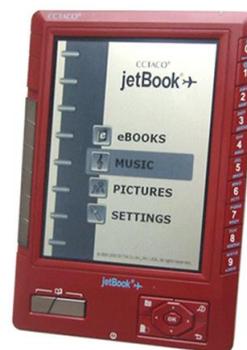


Figura 12 – JetBook

Fonte: <http://mobilitysite.com>

A Amazon, uma das maiores livrarias norte americanas *online* do mundo, apresenta uma iniciativa de alavancar a tecnologia books. Para tal objetivo, a livraria lançou o leitor eletrônico *Kindle*. Este equipamento eletrônico possibilita a leitura de textos numa superfície que não emite luz, permitindo que os olhos cansem bem menos do que diante de um computador com uma tela tradicional, e, nos EUA, o aparelho permite realizar compras diretamente na loja online.

Em 2009 aumentou o crescimento de usuários consumidores de *e-books* como: Kindle E-Reader, Bookeen, Iliad, etc. Em fevereiro foram lançados novos equipamentos, a Amazon lançou o *Kindle 2* (MENDONÇA, 2009), Em março de 2009 foi lançado o *Flepia*, da empresa japonesa *Fujitsu* (G1, 2009).



Figura 13 – Kindle 2

Fonte: <http://www.mclibrary.duke.edu>



Figura 14 – Flepia

Fonte: <http://g1.globo.com>

O *Kindle 2* possui a dimensão de um livro pequeno e armazena cerca de 200 obras ao mesmo tempo. Contém um teclado, permitindo que o usuário realize anotações ou marque alguma página. Assim como o primeiro *Kindle*, o *Kindle 2* também permite comprar livros, jornais ou revistas nas principais cidades dos Estados Unidos, através da rede *wi-fi*, mas o usuário apenas pode comprar e realizar o download dos livros disponíveis no *site* da Amazon, caracterizando uma espécie de monopólio segundo Santos (2009). De acordo com Rodríguez Ballester (2009), a coleção de títulos da *Amazon* está em torno de 230.000 títulos disponíveis para ler no *Kindle*.

Em contrapartida, o *Flepia* possui tecnologia de comunicação *wi-fi*, *Bluetooth*²⁴ 2.0, entrada USB²⁵ para o equipamento ser conectado a qualquer

²⁴ Sistema de comunicação sem fio para conectar eletrônicos de consumo e computadores. Recebeu este nome em homenagem ao rei viking Harald Blatand (ou Bluetooth, dente azul), que governou a Dinamarca entre os anos 940 e 981. Fonte: CRUZ, Renato. Glossário. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/tvdigital/glossariob.shtm>> Acesso em: 14 jul. 2010.

computador. Além disso, possibilita o *download* de obras literárias disponíveis na *Web*, até mesmo através de um telefone celular conectado à internet. O aparelho é capaz de armazenar, através de um cartão de memória de 4 *Gigabyte*²⁶, contendo 5.000 obras digitais de 300 páginas, totalizando cerca de 1.500.000 de páginas por aparelho (PRESSE, 2009).

Novos modelos têm entrado no mercado de leitores eletrônicos. Existem dois protótipos de leitores eletrônicos em andamento – um chinês e outro de origem espanhola, para atender deficientes visuais. É interessante mencionar que com a participação dos grupos de apoio aos deficientes visuais e à legislação específica sobre direitos autorais para cegos que surgiram boa parte dos primeiros *e-books* na *internet* (BLOG E-BOOKS GRÁTIS, 2009). Posteriormente cabe lembrar que o objetivo dos *e-books* é a democratização do acesso à leitura, proporcionando informação para todos. O protótipo para ler *e-books* em braile chama-se Braille Book ou Bbooks.



Figura 15 – Bralle Book ou BBook

Fonte: <http://i.zdnet.com/blogs/>

²⁵ *Universal Serial Bus*: protocolo para transferência de dados de e para dispositivos digitais. **Fonte:** MICROSOFT. **Glossário de Fotografia Digital**. [2010?] Disponível em: <<http://www.microsoft.com/brasil/windowsxp/using/digitalphotography/glossary/default.aspx>> Acesso em: 14 jul. 2010

²⁶ é uma medida de armazenamento em espaço em disco igual a 1,024 megabytes. **Fonte:** AISA. Dicionário Internet. 2010 Disponível em: <<http://www.aisa.com.br/diciona.html>> Acesso em: 14 jul. 2010

No final do ano de 2009, os principais leitores eletrônicos ocuparam certa parcela do mercado livreiro. Posteriormente, surge um novo concorrente no universo dos leitores eletrônicos, é a vez do iPad (produto da Apple que consiste numa espécie de prancheta eletrônica) que pode trazer novos rumos para este ascendente e promissor mercado. Assim como o mercado foi revolucionado com a aparição do iPod e do iPhone, estes aparelhos trouxeram um novo entendimento sobre portabilidade.

5.4.4 Softwares especiais de leitura de e-books

Software é o nome designado para programas de computador. Os *softwares* para a leitura dos *e-books* são denominados de *readers* e podem ser baixados e distribuídos, gratuitamente, através de *download* (UNIVERSIA, 2002; PROCÓPIO, 2005). Existem outras definições, para Santos (2009) os *readers* são aplicativos desenvolvidos para ajudar na leitura de livros digitais.

Em contraste, existem diversos aplicativos para a leitura de livros digitais, mas alguns formatos não possuem compatibilidade com certos aparelhos.

Alguns aparelhos necessitam usar a plataforma *Java*, como em certos celulares. Outros para serem lidos em mp4 ou iPod, utilizam formatos determinados como PDF (da *Adobe Reader*), DOC (do *Word* da *Microsoft Office*) ou TXT (texto escrito em bloco de notas).

É muito vasta a quantidade de *readers* para a leitura de livros digitais. Para efeitos desta pesquisa, foram listados apenas quatro dos principais.

5.4.4.1 Adobe Acrobat e-Book Reader

Este *software* foi desenvolvido pela empresa norte-americana *Adobe Systems*. É usado para a leitura de arquivos digitais em formato PDF. A empresa afirma que o aplicativo possui recursos para segurança do seu conteúdo para o comércio eletrônico de livros, proporcionando proteção aos direitos autorais e evitando a pirataria. Além da proteção oferecida, Santos (2003 apud BENÍCIO, 2003), considera este como o melhor aplicativo para a leitura de livro eletrônico, pois, em sua versão *Professional*, possui recursos como: marcador de texto, realce, lupa, melhor visualização de páginas duplas e apresenta-se num sistema de biblioteca pessoal, que permite guardar e organizar e-books numa biblioteca digital.



Figura 16 – Adobe Acrobat

Fonte: <http://www.b-europe.com>

5.4.4.2 E-Rocket

Desenvolvido e disponibilizado, gratuitamente, pela empresa norte-americana *Nuvomedia*, este aplicativo simula o *Rocket e-Book* na tela do computador, nele figurando um dispositivo semelhante a um *device*, proporciona uma leitura no formato RB (*Rocket eBook*).



Figura 17 – E-Rocket Book

Fonte: <http://www.textus-textos.com.br>

5.4.4.3 MobiPocket Reader

Criado e disponibilizado, gratuitamente, pela empresa francesa *MobiPocket*, existem diversas versões desses aplicativos para os mais variados sistemas operacionais. Um exemplo são os formatos de livros eletrônicos, como PBD (*MobiPocket Reader*), PRC (para *Palm Top*) e OeB²⁷.



Figura 18 – Tela do MobiPocket Reader

Fonte: <http://www.freewarepocketpc.net>

5.4.4.4 MS Reader

Desenvolvido e disponibilizado gratuitamente pela empresa norte-americana Microsoft Corp., o *site* Universia (2002), afirma que este aplicativo possui tecnologia para garantir a segurança dos direitos autorais. Além disso, Benício (2003) salienta que o programa permite leitura de arquivos no formato

²⁷ Padrão eletrônico para os e-books (SANTOS, 2009).

LIT²⁸, e possui o *software* ClearType™²⁹. Esses formatos, segundo Procópio (2005), proporcionam uma leitura mais agradável no computador, simulando a resolução da página de livro.

O site Universia (2002) afirma que o *software* possui uma ferramenta que melhora a resolução das letras na tela do computador. Santos (2009) ainda completa, afirmando que o aplicativo possui ferramentas para autores que desejam publicar livros diretamente na *Web*.

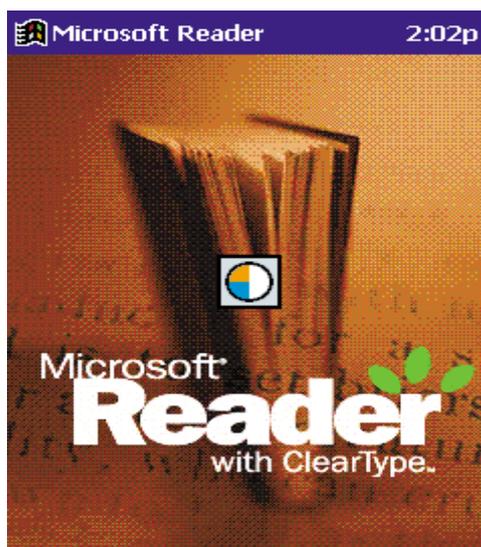


Figura 19 – MS Reader

Fonte: <http://www.pocketpcaddict.com/>

²⁸ Contração de literatura (BENÍCIO, 2003).

²⁹ Melhora a legibilidade em monitores LCD a cores com uma interface digital, como os de laptops e de alta qualidade em telas planas. **Fonte:** <http://www.microsoft.com/typography>

5.5 O livro eletrônico, o bibliotecário e o usuário da informação

O bibliotecário de referência teria um novo universo no que diz respeito a situações típicas de referência como: problema, necessidade de informação, questão inicial, questão negociada, processo de busca, estratégia de busca, resposta e solução. O livro eletrônico mudaria esta realidade não somente no que diz respeito ao processo, mas sim na abordagem da informação.

Um exemplo simples seria a opção de busca por texto completo de livros que podem estar não apenas nas prateleiras, mas também inseridos em um sistema de busca automatizado. Em contraste, um sistema comum de biblioteca não poderia fazer uma busca por texto completo, pois o livro impresso não estaria completamente em formato digital. Neste âmbito recupera-se apenas a descrição dos documentos. A realidade seria mudada, observemos o que Grogan (1995, p. 50-54), elucida sobre os processos de referência:

1 O problema - o processo geralmente se inicia com um problema que atrai a atenção do usuário potencial da biblioteca [...]. 2 A necessidade de informação - a permanência de uma necessidade pode variar [...]. 3 A questão inicial - se o usuário permite perguntar a alguém, torna-se necessário obviamente dar à pergunta uma forma intelectual mais nítida, descrevê-la com palavras, e formulá-la como uma questão [...]. 4 A questão negociada - o sucesso final depende de que cada um dos passos que constituem a primeira fase, seja executado corretamente. Muitas vezes é necessário que os bibliotecários atuem como consultentes para que os usuários possam dar seus primeiros passos [...]. 5 A estratégia de busca - uma análise minuciosa do tema [...]. 6 O processo de busca - compete ao bibliotecário [...]. 7 A resposta - o bibliotecário criterioso encontrará uma "resposta", porém isso não constitui absolutamente o fim do processo [...]. 8 A solução - [...] é de boa prática o bibliotecário e o consultente avaliarem juntos o "produto" da pesquisa e que ambos o aprovelem antes de chegar de comum acordo à conclusão de que o processo foi concluído.

A realidade descrita nessas oito etapas não é questionada, mas sim evoluída. Com o advento do livro eletrônico e, dentre algumas de suas vantagens, a busca por texto completo é algo que pode mudar o problema

iniciado pelo usuário, que, conseqüentemente, mudará os demais comportamentos típicos de um serviço de referência.

A internet propõe ou pode sobrepor um universo de velocidade de informação incrivelmente rápido, amplo e prático. A Disseminação Seletiva da Informação (DSI) nunca possuiu tanta prática e uso diário quanto nos dias atuais. Os conceitos de DSI são interessantes. Guinchat e Menou (1994, p. 27), trazem um conceito sobre Disseminação Seletiva da Informação:

A difusão seletiva da informação, isto é, o envio de informações selecionadas regularmente, de acordo com critérios específicos, a um usuário determinado, representa um dos aspectos mais interessantes da aproximação entre a oferta e a demanda da informação.

Mas este não é o único modo de se ver a Disseminação Seletiva da Informação. Figueiredo (1996, p.57), esclarece:

Disseminação seletiva de informação, um tipo de serviço de alerta, é um conceito de prestação de serviço que já existe há uns 30 anos. É uma atividade que tem por objetivo fornecer ao usuário, numa base regular, tipos específicos de informação; a ênfase sendo no específico. Pressupõe, então, que perfis atualizados das necessidades de informação dos usuários sejam preparados; é essencial que o usuário seja notificado e esclarecido sobre os objetivos do serviço e comunique quais são suas necessidades específicas de informação.

Ver o *e-book* como um elemento primordial de Disseminação Seletiva da Informação talvez seja algo que os livreiros ainda não observaram como um potencial mercado consumidor de informação, pois se sentem ameaçados com o advento da nova e promissora tecnologia.

O poder do livro impresso perdurou durante séculos, e, sua estrutura rústica apenas foi refinada, redesenhada e aperfeiçoada com o passar dos tempos. O códice impresso, revolucionado por Gutenberg, subsiste há mais de cinco séculos. Tal tecnologia acompanha os humanos como suporte inegável à informação, cultura, conhecimento, pensamentos e disseminadores dos mais diversos tipos de conteúdos.

Com o advento da *internet*, a evolução tecnológica e seu amplo uso pelos usuários através de programas como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI-PMH), a informação começa a possuir diferentes suportes com os mais variados formatos. A utilização dos recursos informáticos e computacionais, por sua vez, também evoluiu. Os serviços tecnológicos como, por exemplo, o catálogo, este evoluiu para o que se denomina atualmente de catálogo online (OPAC). E dentro do próprio computador, passou-se a produzir meios para que a informação deixasse de possuir o formato encontrado em papel para o formato encontrado em *bits* como seu mais novo suporte de conteúdo.

Pode-se ver claramente algo que uma vez foi registrado, desde as bibliotecas minerais até o advento dos *bits*, tornou-se uma representação do conhecimento e da memória humana. A tecnologia atual pode oferecer a conceituação do que está em meio digital e isto também pode ser fruto do pensamento e da inteligência. Atualmente existem inovações não somente no que diz respeito à tecnologia, mas sim a reprodução, em uma instância inicial, da inteligência humana. A inteligência artificial é um conceito interessante elucidado do seguinte modo:

Inteligência artificial é [...] a parte da informática relativa à concepção de sistemas inteligentes, isto é, de sistemas com características que podem ser associadas a inteligência humana, como compreensão da linguagem, aquisição de conhecimentos, raciocínio e resolução de problemas, entre outros [...]. (BARR; FEIGEBaum apud GUINCHAT; MENOU, 1994, p 267).

A inteligência artificial permitiu que até mesmo a inteligência humana adquirisse um novo suporte, isto é, fora da estrutura cognoscível neural humana, e passou a ter como suporte os *bits* em unidade de armazenamento digital. Este benefício ou inovação também se estendeu aos livros, onde é possível usufruir do benefício da migração do impresso para o digital. Nesta perspectiva, o beneficiado seria o usuário final.

Inicialmente, deve-se admitir que o usuário moderno evoluiu e, concomitantemente, seus potenciais problemas e necessidades de informação apresentam a mesmo desenvolvimento. É necessário avaliar o usuário

novamente, para que suas necessidades sejam antecipadas da melhor maneira possível. Amaral (1998, p. 105), refere-se aos estudos de usuários na seguinte conotação: “Conhecer e interpretar as necessidades do consumidor é um princípio fundamental [...]”.

Na mesma perspectiva, mas de uma ótica um pouco mais tradicional, Figueiredo (1994, p. 7), afirma que:

Estudos de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Adequação, este é o pressuposto de todo o trabalho realizado pelo serviço de referência para satisfação do usuário. O livro eletrônico é um produto evoluído não somente da realidade tecnológica atual, mas algo de fato destinado a uso.

O crescimento de redes de informação evoluiu consideravelmente, trazendo diversos benefícios ao usuário final. Nesse sentido, tem se notado o aumento também de canais informais de informação científica. Seguindo esta vertente, o livro eletrônico pode trazer um maior estreitamento de relações com os canais informais de informação científica, pois traria um contato quase que direto entre autor e usuário. Uma visão interessante sobre o assunto é:

Os canais informais apresentam uma série de características comuns: são geralmente aqueles usados na parte inicial do contínuo do modelo de fluxo de informação científica; é o próprio pesquisador que escolhe; a informação veiculada é recente e destina-se a públicos restritos e, portanto, o acesso é limitado [...]. (CAMPELLO, CENDON, KREMER, 2000, p. 30).

É importante esta observação de modo mais objetivo porque não foi somente o suporte informacional que mudou, mas o usuário também evoluiu, e este traz consigo novas necessidades de informação. E tais necessidades são dignas de um estudo adequado para que possam ser satisfatoriamente supridas.

As novas necessidades dos usuários aparecem porque o ambiente no qual ele está inserido também mudou, estando em constante evolução. Uma constatação interessante mostra isso de maneira clara: “[...] estudos mostram que para o usuário buscar e usar informação deve primeiro, estar consciente das fontes e serviços de informação disponíveis em seu ambiente”. (PRINGGOADISURYO, 1984; RIEGER; ANDERSON *apud* FERREIRA, 1997b, p. 3). Precisa-se de um novo foco e um olhar clínico sobre o novo usuário cibernético. Um foco interessante sobre isso é:

Esta abordagem implica em um novo olhar conceitual sobre o papel do usuário da informação online, ambiente em que lhe é apresentada a possibilidade de passar de um ator social passivo (que apenas recebe informação) para um participante ativo, ou seja, um potencial produtor da informação. Esta perspectiva traz o usuário para o centro do processo de comunicação da informação, pois apesar dos profissionais de informação terem consciência de que o usuário é a razão de ser de qualquer serviço ou produto de informação, sabemos que a teoria na prática é outra. (FREIRE, 2004, p. 2).

5.6 O livro eletrônico como produto comercial

Para entender a evolução do livro eletrônico pode-se dividi-la em duas etapas. Primeiramente, quando a tecnologia do hipertexto ganhou amplo espaço no mercado e passou a ser umas das principais ferramentas na elaboração de textos produzidos para a Internet. A segunda etapa mostra o aparecimento dos *devices*. Com esta tecnologia foi possível enxergar algo semelhante ao tradicional livro impresso. Os *devices* trouxeram um mecanismo que o hipertexto não foi capaz de transpor por si mesmo, isto é, a portabilidade. Esta foi o grande trunfo do livro eletrônico.

O grande problema enfrentado inicialmente pelos usuários de *e-books* é a leitura em tela, pois esta é, em âmbito inicial, bastante cansativa. Apesar disso, nessa primeira década do século XXI, nunca se esteve tantas horas diante da tela de um computador. Desde os engenheiros e cientistas da

computação que desenvolvem os mais variados tipos de software até os trabalhadores encontrados nas mais diversas repartições administrativas espalhados pelo mundo inteiro, todos ficam horas a fio a frente dos computadores, utilizando os mais diversos recursos interativos, variando de programas governamentais de alto sigilo até a utilização de redes sociais sobre os mais variados assuntos.

É evidente que o tempo diante dos computadores aumentou profundamente, mas isto ainda não é uma justificativa plausível para o livro impresso deixar de ser utilizado ou ameaçar a sua existência. O desafio para os fabricantes de *devices* agora é desenvolver um ambiente de leitura que seja semelhante ao do papel impresso, mas sem deixar de possuir a interatividade inicialmente proposta pelo *e-book*.

Segundo o periódico *O Público*³⁰, “na Amazon, os *e-books* custam todos US\$ 9,99 dólares”, aproximadamente R\$ 18,68 reais. Aparentemente, o preço tornou-se como um padrão para o mercado. Em contraste, a versão impressa do livro (*O Símbolo Perdido*) de Dan Brown custa cerca de US\$ 16,7 dólares. É importante ressaltar nesse momento que, existem livros disponíveis pela Submarino S. A. com o preço variando entre R\$ 9,90 e R\$ 14,90 reais.

Recentemente, o jornal *O Público* publicou, em 16 de setembro de 2009, uma reportagem interessante sobre o impacto dos *e-books* atualmente. Segundo o jornal, a Amazon comercializou mais *e-books* da última obra de Dan Brown, *O Símbolo Perdido* (*The Lost Symbol*), na categoria de Mistério e *Thrillers*, do que o livro em edições impressas. Diante dos preços estarem acima dos livros tradicionais, os *e-books* ainda estão muito longe da popularidade dos livros em papel.

³⁰ AMAZON VENDE MAIS E-BOOKS DO ÚLTIMO LIVRO DE DAN BROWN DO QUE EDIÇÕES IMPRESSAS. *O Público*. Disponível em: <www.opublico.com.br> Acesso em: 16 jun. 2010.

Mas as notícias sobre o livro eletrônico não param. Segundo a Revista *Veja*³¹, editoras nacionais criam distribuidora de *e-books* para o varejo, de acordo com a revista, o diretor do Grupo Record, Sérgio Machado, não crê que o *e-book* seja uma ameaça ao livro de papel. A reportagem afirma que

Seguindo o modelo de uma iniciativa criada na Espanha pelos três maiores grupos editoriais do país, seis editoras brasileiras decidiram unir esforços para a venda de *e-books*. Está surgindo, por isso, a Distribuidora de Livros Digitais (DLD), que deve terminar o ano com até 1.000 títulos disponíveis para livrarias como Saraiva, Cultura e a virtual Gato Sabido.

Outra questão contrastante é o número de *e-books* em linha portuguesa e inglesa, pois, a questão dos direitos autorais, parece travar a ascensão de livros eletrônicos no Brasil. Segundo a *Folha*³², formato e direitos travam *e-books* no Brasil, de acordo com o jornal:

Se livrarias virtuais brasileiras já têm milhares de livros eletrônicos à venda, por que tão poucos títulos são em português? Por que esse mercado, ascendente nos EUA, não deslançou no Brasil? As perguntas, que circulam no meio editorial e entre leitores, não têm respostas prontas nem simples [...]

Ainda assim existem alguns incentivos para a digitalização de obras impressas no Brasil, como o caso da coleção de José Mindlin doada à Brasileira da USP. A biblioteca do bibliófilo está sendo digitalizada pela máquina-robô "Maria Bonita", que digitaliza livros e documentos raros da coleção.

³¹ Disponível em: www.veja.com

³² VICTOR, Fabio. Formato e direitos travam *e-book* no Brasil. **Folha online**. Disponível em: www.folha.com.br> Acesso em: 16 de junho de 2010.



Figura 20 - A máquina-robô "Maria Bonita"

Fonte: www.folha.com.br

Mas o mercado eletrônico continua crescendo, segundo a Rádio CBN, em 20 de julho de 2010, “crescem as vendas de livros digitais da Amazon e mais empresas anunciam novos leitores digitais³³”.

O livro eletrônico seria uma alternativa ecológica? Há um dado interessante, para os que acreditam que o livro eletrônico é mais ecologicamente correto que o impresso. Segundo o *site* oficina gráfica³⁴, o livro impresso é mais verde que *e-book*. De acordo com a reportagem, a resposta parece não ser tão simples. Segundo uma pesquisa requisitada pela Hachette Livre, considerada a maior editora francesa pertencente ao grupo Lagardere, contrastam, de modo ecológico, os livros em papel com os produzidos em formato eletrônico e verificou-se que, diante da realidade francesa, um *e-reader* só poderia ser ambientalmente correto se os atuais usuários lessem cerca de 80 livros ao longo de ano.

³³ BRAUN, Daniela. CBN a rádio que toca notícias. Disponível em: <radioglobo.com> Acesso: 20 jul. 2010.

³⁴ Disponível em: <www.oficinagrafica.com> Acesso em: 16 junho de 2010.

A questão que sempre continuará a existir é o custo do livro eletrônico, mas este está quase que no mesmo preço do livro convencional. Segundo o *Publishnews*³⁵, o livro eletrônico tem que custar mais barato que livro eletrônico. De acordo com a reportagem, uma obra em formato eletrônico custa em torno de R\$ 22,50, e em papel R\$ 25,60. Economia apenas de R\$ 3,10. O Kindle, da Amazon custo cerca de US\$ 139 dólares, em torno de R\$ 257 reais. O iPad, que também lê livros eletrônicos, está em torno de US\$ 499 dólares.

Em contraste, o tecnoblog³⁶, explica a razão do preço dos livros eletrônicos custarem tanto. Segundo o blog: “envolve leis, direitos autorais, contratos, tributações, licenças e uma série de intermediários para que um livro digital chegue até o seu computador”.

5.7 Repercussões do livro eletrônico

Os efeitos causados pelos *e-books* já são significativos. Os países desenvolvidos possuem um maior gasto com o consumo de cultura. Sendo assim, os diversos usuários acabam por migrar para os módulos culturais mais baratos. Com este foco, pode-se ver claramente que os *e-books*, como no supracitado caso do livro eletrônico de Stephen King, são um exemplo de como o livro em formato digital pode atingir um baixo custo. Partindo deste ponto, é possível observar claramente o aumento da competitividade entre tais formatos. Algo salientado por Milagros del Corral (2003, p. 195), é que:

A resposta da indústria editorial, que oscila entre o fascínio e a desconfiança em relação às novas tecnologias, tem sido o aumento permanente da oferta que é acompanhado por uma crescente insegurança jurídica no campo da proteção do direito autoral.

³⁵ www.publishnews.com.br

³⁶ www.tecnoblog.com

Digno de nota é a luta declarada entre o formato eletrônico e o impresso. Tal antagonismo pode ter um destino diferente no que diz respeito às bibliotecas tradicionais, às bibliotecas digitais, aos centros de documentação e também aos mais diversos arquivos, variando desde governamentais até os privados. Mas para fins biblioteconômicos e um maior e mais amplo acesso à informação, ambos devem se somar dentro da biblioteca. A biblioteca sempre foi e continuará sendo o meio pelo qual qualquer instituição pode organizar suas informações. É o modo mais óbvio para o ordenamento e compartilhamento do universo da informação. E tendo esta visão voltada para a acessibilidade de conteúdo, o *e-book* não pode, em momento algum, ser um fator de discórdia para a instituição. Talvez a melhor visão ou uma perspectiva mais otimista, mesmo que ainda seja meramente inicial, os *e-books* podem ser vistos como um produto oferecido pelas bibliotecas ou centros de documentação.

Mas na realidade atual, principalmente nos países desenvolvidos, o livro eletrônico não tem sido visto como um produto a ser utilizado, mas sim um recurso que passa a compor o acervo pessoal de usuários de diversas partes do mundo.

Em contraste com as nações industrializadas, a situação é diferente nos países em desenvolvimento. O setor editorial não se encontra tão forte, a realidade objetivada desses países é inibida por dívidas externas, inflação e crescimento demográfico alto. Sendo assim, os recursos destinados à aquisição de material para a educação, cultura e informação são insuficientes para atender às necessidades do país.

Tais países com uma realidade econômica, política e social tão precária, com dificuldades de acesso à informação, saúde, educação e até mesmo alimentação - existem pessoas que sobrevivem diariamente com menos de U\$ 1,00 por dia -, ainda caminham em passos dificultosos para o acesso a informação. Milagros del Corral (2003), cita um intrigante caso de um projeto

educacional ocorrido em Senegal denominado *Des ardoises pour tous* [Quadro-negro para todos], ou seja, existem políticas de incentivos em países subdesenvolvidos de lugares que nem mesmo a sala de aula, no seu modelo mais tradicional, chegou ainda. O que dirá dos novos recursos informatizados.

Em contraste com uma realidade tão grave, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), propõe produzir cerca de 2 bilhões de exemplares dos famosos *e-books* em colaboração com a UNESCO. Segundo Milagros del Corral (2003), a UNESCO selecionará cerca de 100 títulos apropriados para o desenvolvimento do projeto. O contraste é avassalador. É evidente que não se pode parar um projeto do MIT por causa do problema da fome nos países em desenvolvimento, mas é interessante ressaltar tal diferença. Além disso, não será o e-book que irá solucionar definitivamente os problemas do mundo no que diz respeito ao acesso à informação. Mas é interessante ressaltar tal contraste, pois o livro impresso não sucumbirá ao polêmico livro eletrônico.

É possível que o mercado editorial atual ainda não seja capaz de ver o livro eletrônico como um aliado, devido à falta de uma visão mais objetiva do produto. Como supracitado, o livro eletrônico não tomará o lugar do livro impresso. Inclusive existem usuários que não trocariam o conforto de ter consigo um livro impresso para lê-lo no momento de sua preferência, provido ou não de uma tecnologia de automação livreira.

O acesso ao fluxo informal de informação científica pode ser limitado, mas se a informação é voltada para especialistas, o acesso limitado pode ser justificado e, dentro desta comunidade limitada de cientistas, a utilização do livro eletrônico pode ampliar o acesso, o manuseio e tornar cômoda, de modo ergonômico, a recuperação da informação por esta comunidade dedicada à pesquisa de um assunto específico dentro do campo do conhecimento científico.

A inserção do livro eletrônico na sociedade atual é sobretudo variável. As redes informacionais formais e informais e as redes sociais possuem uma enorme importância e desempenham um papel fundamental como motores de disseminação seletiva da informação. As redes sociais englobam cada vez mais usuários diuturnamente, este fenômeno pode ser visto como um agregador, e ao disseminar o livro eletrônico neste espaço, o acesso remoto pode obter índices altos, e a disseminação também pode vir a receber grandes incentivos com indicadores consideráveis, uma vez que o acesso tornou-se mais facilitado com o documento utilizando um suporte eletrônico, totalmente evoluído e ergonomicamente versátil.

McGarry (1999, p. 122) afirma algo interessante sobre redes de informação. Ele elucida que:

[...] a formação de redes é uma das mais importantes questões com que se defronta a comunidade bibliotecária e de informação. A convergência da tecnologia da informática com as comunicações afeta a criação, gestão e uso da informação de modo inédito desde a introdução da imprensa de tipos móveis.

Partindo desta ideia, conseqüentemente a visão estratégica organizacional também receberá suas mudanças. Um foco sobre o que mudou com a evolução dos suportes tecnológico de informação na gestão do conhecimento foi: “Gestão do conhecimento é [...] a tarefa de identificar, desenvolver, disseminar e atualizar o conhecimento estrategicamente relevante para a empresa [...]”. (FLEURY; OLIVEIRA JÚNIOR, 2001, p. 19).

A gestão do conhecimento, segundo Fleury e Oliveira Júnior, está intimamente ligada à tarefa de disseminar e gerenciar a informação. Sendo assim, partindo do pressuposto que os suportes eletrônicos para informações são altamente disseminadores de informação, o livro em meio eletrônico é capaz de chegar a determinados usuários que em forma impressa não seria possível em tão pouco tempo e com um custo baixo ou até mesmo zero.

Não restam dúvidas que a tecnologia mudou completamente o pensamento e a abordagem sobre gestão da informação. Uma nova vertente cognoscível é necessária, assim como deparar-se com a versatilidade e grau de evolução que o livro eletrônico trouxe, também é importante. Mas aceitá-lo como mais um simples, mas revolucionário suporte da informação ainda é um grande desafio.

Uma vantagem interessante do livro eletrônico são os seus variados formatos e métodos de hospedagem na Web. Em qualquer formato, qualquer arquivo é passível de ser inserido em os mais variados bancos de dados e redes sociais existentes da atualidade. A *Web* pode ser utilizada como um concentrador e armazenador de documentos em formatos eletrônicos. Rowley (2002, p. 43) considera que:

O processamento em linha é a técnica de processamento informatizado de dados por meio de terminais ligados e controlados por um processador central [...]. Um sistema como esse oferece as seguintes vantagens: centralização e integração de arquivos, funções e decisões que se achem separados; bases de dados mais atualizadas [...].

Um critério a ser mencionado sobre o livro eletrônico seria sua trivial ergonomia, existem usuários que acreditam ser desconfortável ler um livro inteiro ou até mesmo um artigo em meio eletrônico alegando que é “cansativo” ler na tela de um computador. A portabilidade de diversos *e-books* pode ser essencialmente prática, mas a questão de sua usabilidade ainda é questionável.

A questão da usabilidade é vista como a capacidade que um *software* possui em relação ao entendimento, aprendizagem e satisfação do usuário sob determinadas condições. A usabilidade avalia aspectos referentes à facilidade de uso: inteligibilidade, apreensibilidade e operacionalidade. (IBICT, 2006).

Um ponto importante muito difundido nas redes sociais é a maneira como o produto é visto. O modo como os usuários finais defrontam-se com o livro eletrônico é importantíssima. É necessário conhecer o ponto de vista do usuário, se o livro eletrônico é visto como mais um produto virtual ou produto de uma biblioteca digital, ou se ele é enfrentado e enxergado como um novo e revolucionário suporte para a informação do século XXI.

5.7.1 Acesso à informação

No contexto apresentado no ambiente modificado pelo livro eletrônico e a conseqüente evolução do usuário, o acesso também é modificado. Pois nesta vertente apresentada, por advento da internet e das novas tecnologias de informação, o acesso é transformado, passando a ser virtual, e não necessariamente físico. Não é mais necessário a acesso físico ao documento, também não é mais necessário recursos como diversas cópias do mesmo exemplar. Basta uma única conexão com a rede mundial de computadores para ter acesso à informação desejada ou, mas especificamente, ao volume requerido.

Como a acesso muda drasticamente, a política de acesso ao conteúdo oferecido por uma biblioteca ou centro de informação também muda. O papel desempenhado pelo bibliotecário como intermediador entre usuário e conteúdo é redefinido. Exigindo assim uma nova perspectiva dos bibliotecários e profissionais da informação. Neste momento é requerido dos bibliotecários, vistos como verdadeiros ordenadores do universo, habilidades para ordenarem também o universo cibernético e atenderem suas necessidades e expectativas que crescem diuturnamente.

Apesar das definições serem tão evidentes, Lancaster (1982), discorda ao tratar do livro eletrônico. O Professor afirma que o bibliotecário sempre terá seu espaço nesta nova ordem, desempenhando seu papel neste novo contexto, enquanto o conceito de biblioteca como alusão a uma construção física propriamente dita, tende a desaparecer e mergulhar no espaço cibernético.

A conceituação de que a *internet* será um repositório massivo de informações, implica e até mesmo inflama o litígio da redefinição do papel da biblioteca. Uma vez que informação pode estar disponível em ambiente digital e não apenas estocada em estantes empoeiradas, o papel do bibliotecário deve ser redefinido não no que diz respeito a ser o mediador da informação, pois este sempre será o mediador, mas sim no que diz respeito ao manuseio das novas tecnologias e ao capital intelectual necessário ao manejo e gestão dos novos recursos e os suportes interativos de informação e de conteúdo. É necessário ter uma perspectiva promissora do futuro, pois caso contrário, conforme destaca Lancaster (1977 apud ALMEIDA, 2005, p. 157): “padrões pouco voltados para o futuro ameaçam seriamente os serviços bibliotecários”.

Outra questão que problematiza o acesso a nova tecnologia dos *e-books* é a estrutura adequada dos diversos países. Pois se um país não possuir uma conexão rápida, estável e sólida com a *internet*, o acesso aos livros eletrônicos pode ficar seriamente comprometido. Uma evidência clara sobre isso é que os índices de consumo de *e-books* são mais altos nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Japão, França etc.

5.7.1.1 Armazenamento e Empréstimo

O armazenamento talvez seja um dos componentes que mais sofreu modificações com o aparecimento do livro eletrônico. A idéia inicial do tradicional conceito de organizar os livros nas estantes, bem como o típico

conceito de empréstimo e devolução foi drasticamente alterado. Pois o livro em formato eletrônico desmembrou o conteúdo de seu suporte. Sendo assim, o novo provedor para o livro é a própria *Web*, com o conteúdo armazenado em seus servidores. Nesta perspectiva, a informação é viabilizada por computadores, com seus sistemas funcionando como autênticas estantes virtuais.

Uma aparente desvantagem da forma de empréstimo seria o empréstimo do *device*, em que estaria contida toda uma coleção de livros, permitindo o acesso completo ao usuário. Mas partindo do pressuposto que se emprestasse apenas o arquivo eletrônico, a ideia de empréstimo poderia ganhar uma nova faceta. Com essa possibilidade, a empréstimo poderia funcionar como um processo de *download*, assim como qualquer outro arquivo baixado da *internet*. Um exemplo disso é a biblioteca de *Phoenix*³⁷, nos EUA, onde existe a possibilidade de empréstimo através de *downloads*, e o arquivo baixado pode ser usado durante um tempo e depois é expirado o tempo de uso, esta expiração de um arquivo é semelhante aos programas de computador com a versão disponível para teste.

O interessante neste modelo é que as bibliotecas passariam a armazenar apenas o conteúdo em formato eletrônico, isto é, em *bits*. Sendo assim, não seria necessária mais de uma cópia do mesmo arquivo ou de uma mesma obra em sua estante eletrônica. E estes arquivos eletrônicos simplesmente seriam copiados pelos usuários que utilizariam uma ferramenta adequada para fazer a cópia.

Com esta visão, o formato de empréstimo como se conhece, seria totalmente eliminado, dando lugar a um formato completamente novo, produzido completamente em meio digital.

³⁷ www.phoenixpubliclibrary.org

Com a ampliação dessa nova realidade, os conceitos e incentivos para preservar os direitos autorais devem ser revistos para atender este novo universo digital.

Borges (2000, apud Silva, 2002) relata um processo interessante de um sistema de empréstimo de objetos digitais, onde todo o processo eletrônico é fidedigno ao procedimento de empréstimo efetuado em uma biblioteca tradicional. Para manter o acesso seguro, a confiabilidade, controle e autenticidade do processo, são utilizadas ferramentas como criptografia³⁸, assinatura digital³⁹, cálculo hash⁴⁰ e senhas.

5.7.1.2 Hábito de leitura

O costume tradicional de leitura é modificado. O livro eletrônico cria um ambiente onde se pode ler sobre diversos assuntos, caracterizando uma leitura multifacetada e não em um aspecto linear, como o livro em formato impresso apresenta.

A *web* pode oferecer interconexões entre diversos textos, o que pode enriquecer cada vez uma leitura sobre um determinado tema, configurando uma grande vantagem e uma nova ferramenta sobre a pesquisa de um determinado tema.

³⁸ É o embaralhamento do conteúdo de uma mensagem eletrônica ou e-mail numa sequência de caracteres alfa-numéricos. **Fonte:** AISA. Dicionário Internet. 2010. Disponível em: <<http://www.aisa.com.br/diciona.html>> Acesso em: 14 jul. 2010

³⁹ Um par de chaves criptográficas que permita identificar o signatário (INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, 2010, p. 6).

⁴⁰ Utilizado para determinar se a informação foi alterada. (RUST, 2010?)

Xavier (*apud* Silva, 2002, p. 7) salienta que a leitura em novos suportes pode gerar um novo modelo de leitura – a Leitura Sinestésica – que trata sobre:

O acondicionamento das várias formas de textualização das idéias superpostas e intra-relacionadas sobre um mesmo suporte físico inaugura, até então, uma nova modalidade de leitura – a sinestésica – que, por sua vez, otimiza, em tese, a compreensão das idéias, conceitos e atitudes do sujeito-produtor de discursos pluritextuais, cuja expressividade tende a crescer enormemente e com ela o nível de clareza das suas categorizações, análises e conclusões. Ou seja, a capacidade de explicitação e argumentação de posições assumidas por um dado autor tende a crescer à proporção que ele intensificar a utilização dos recursos informáticos pluritextuais.

A possibilidade da ligação entre textos dentro de contexto mais amplo foi uma inovação revolucionária, onde tal habilidade encontrava-se estagnada pela leitura tradicional.

A conexão entre textos possibilita uma interatividade desconhecida antes dos *bits* e das redes mundiais de computadores, onde o deslocamento é feito pelo texto e não pelo usuário que precisa mudar de lugar para encontrar a informação desejada.

A forma estática do texto passa a ganhar um maior dinamismo e interatividade, onde, por exemplo, recuperar uma bibliografia de um artigo ou tese para maior compreensão de determinado assunto, é algo totalmente plausível de ser executado.

Apesar das revolucionárias ideias trazidas pelos livros eletrônicos, ainda é cedo para afirmar com propriedade o impacto sobre os hábitos de leitura. Mas algo que pode se ver claramente é que os conteúdos disponibilizados na *web*, principalmente no que diz respeito aos periódicos, tornaram-se fortes obras de referência para pesquisa de teses e dissertações no âmbito acadêmico.

5.7.2 Depósito Legal

A questão do depósito legal não é aplicável ao livro eletrônico, pois o tema em questão é um utilitário eletrônico ou um aplicativo que deveria receber um código de barras, serial ou algum outro número para controle, e não um ISBN como no caso dos livros impressos, ou ISSN no caso dos periódicos.

O número de controle para a publicação eletrônica ainda é algo em estudo, inicialmente ainda não existe algo definido para nortear esta implicação.

Gandelman (1997) esclarece que o depósito legal é um modo de se realizar o registro uma obra e garantir publicamente o respeito ao direito autoral de seus respectivos titulares e que é um ato declaratório que serve como prova de autoridade. Mas, o depósito legal não é obrigatório, pois os direitos do autor já estão garantidos.

5.8 Direito autoral

Direito autoral e pirataria, qual seria a solução dentro do universo das novas tecnologias de informação? O livro eletrônico violaria a questão do direito autoral? Segundo o jornal francês *Le Nouvel Observateur*⁴¹, o livro eletrônico provavelmente ocupará cerca de 15% do mercado livreiro.

⁴¹ SOULA, Claude. Le livre numérique prendra 15% du marché. **Le Nouvel Observateur**, 27 maio 2010. Disponível em: <<http://hebdo.nouvelobs.com/sommaire/economie/098654/le-livre-numerique-prendra-15-du-marche.html>> Acesso em 23 jul. 2010.

Mas como definir o papel certo do direito autoral na internet? Segundo o Dicionário Eletrônico Michaelis (2009), Direito autoral é:

direito exclusivo que tem o autor de obra literária, científica ou artística, de a reproduzir e explorar economicamente enquanto viver, transmitindo-o a seus herdeiros e sucessores, com o prazo de sessenta anos, a contar da data de seu falecimento.

Mas este direito autoral exclusivo parece existir em praticamente tudo o que está ao nosso redor. Tudo parece estar legalmente protegido, isto foi convencionado pela denominada propriedade intelectual (PI). A fórmula química de algum refrigerante ou de qualquer shampoo, música que se escuta em um aparelho de mp3, os filmes do cinema ou que os passam na televisão, os *softwares* que são usados ou no computador ou no celular e assim por diante. A lista é interminável. Partindo desse pressuposto, é o conhecimento humano sendo apropriado e o seu expresso uso sofrendo limitações.

Um contrato foi formado para organizar tudo isso, denomina-se direitos de propriedade intelectual. Tudo é colocado dentro de um mesmo barco, a saber: patentes, direitos autorais, marcas, *softwares*, banco de dados, indicação geográfica, etc. É a apropriação do mundo das ideias, do intelecto e do volátil. Talvez isso seja encarado como uma proteção de um investimento específico afirma Paranaguá (2008).

Proteger campos do conhecimento por determinado tempo não seria um problema. No Brasil já ocorreu do direito autoral ser protegido por cerca de 14 anos, a lei atual estende este prazo de até 70 anos após a morte do autor de uma obra qualquer. O grande problema gerador da pirataria não está no que protege ou não a obra de um autor, mas sim no abuso desses direitos, com uma motivação unicamente mercadológica e econômica. Paranaguá (2008) faz uma indagação interessante no caso do Brasil proteger o direito autoral por cerca de 70 anos, pois com essa proteção, quem estaria ganhando alguma coisa com tal procedimento, o autor póstumo de uma obra é que não. Neste caminho, o surgimento da pirataria é algo quase que inevitável.

A questão do Direito autoral e a pirataria é algo contrastante. Aparenta não ter chegado a um denominador comum. O acesso livre a livros na *internet* é errado ou não? Afinal, o que é pirataria?

De acordo com o dicionário Michaelis (2009):

Pirataria - 1 *Dir* Assalto criminoso, no alto-mar ou na costa, praticado pela tripulação ou passageiros de um navio armado, de existência clandestina, contra outro navio, para se apoderar de sua carga, bens, equipagem ou passageiros. 2 *por ext* Extorsão, roubo. 3 *gír* Ação ou efeito de piratear, acepção.

Segundo Gandelman (1997), pirataria é a atividade de copiar, reproduzir, bem como utilizar de forma inadequada e sem a expressa autorização do autor – livros ou qualquer outro tipo de material audiovisual que possa conter obras intelectuais legalmente protegidas.

Diante de todo esse cenário necessita-se fazer uma importante e indispensável indagação, isto é, quem surgiu primeiro: a pirataria ou os direitos autorais?

5.8.1 Histórico do Direito Autoral

Depois da invenção de Gutenberg no século XV, a produção de obras impressas passou a ganhar escala industrial, para um maior acesso ao que era produzido. Com esse novo mercado em franco crescimento, não demorou muito para surgirem problemas com o direito autoral e a remuneração aos autores.

É interessante apontar que durante a Idade Média, de acordo com Mello Junior (2004), as obras eram propriedades da civilização humana, podendo ser copiadas, corrigidas e alteradas. O autor ainda disserta que durante os séculos

XVI e XVII surgiram diversas acusações de plágio contra muitos livreiros impressores – assim eram denominados na época – posteriormente, começaram a defender a propriedade das obras editadas, pois pertenciam a eles a responsabilidade e o direito das obras e não aos seus autores.

Manso (1987) complementa que existia a carência de uma legislação sobre a publicação de obras, especialmente literárias, pois a prerrogativa do direito autoral, na época, pertencia excepcionalmente aos editores. Somando-se a isso, também havia o interesse manipulador da Igreja Católica, pois exercendo controle da produção literária, poderia, posteriormente, punir os autores em caso de heresia e subversão.

Para solucionar tal problema, surge a ideia de reservar e proteger os direitos autorais, o *copyright*. A proteção dos direitos autorais é denominada de *copyright* na Inglaterra, em 1709, e de *Droit d'Auteur*, na França, em 1791. Na Inglaterra, no final do século XVIII, a iniciativa passa a se chamar *Copyright Act*. Esta iniciativa protegia os direitos autorais por volta de 21 anos. Já obras não impressas eram protegidas por cerca de 14 anos. Mas este não é o primeiro momento da história que o assunto sobre direito autoral é dissertado, em 1662, já havia o *Licensing Act* que proibia a impressão de obras caso não possuísse algum registro. Na França, o *Droit d'Auteur* garante a primazia do autor sobre a obra e o ineditismo (direito à paternidade e à integridade de sua obra) e seus direitos são inalienáveis e se estende por toda a vida do autor (MARTINS FILHO, 1998).

5.8.2 Definição

É importante salientar uma indagação contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), outorgada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, artigo 27, inciso II, onde é dissertado que: “todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor”.

A Assembléia Geral das Nações Unidas aparenta ter uma posição um tanto que conservadora quanto à produção literária. Com esta visão de certa forma tradicional, alguns autores definiram o direito autoral de forma distinta. Segundo Martins Filho (1998), os direitos autorais abrangem necessariamente a imaterialidade, sendo este a principal característica da propriedade intelectual. Gandelman (1997) conceitua o direito autoral como uma ciência jurídica que está contida em quase todas as atividades do mundo moderno, consistindo em atividades criadas como: produções artísticas, científicas e publicitárias; ou simplesmente voltadas para o universo da indústria. Em contraste, Manso (1987) define:

Direito autoral é o conjunto de prerrogativas de ordem patrimonial (direito de sua publicação) e de ordem não-patrimonial (direito de não publicada a obra) atribuídas ao autor de obra intelectual que, de alguma maneira, satisfaça algum interesse cultural de natureza artística, científica, didática, religiosa, ou de mero entretenimento.

Oliveira (2000) defende que direito autoral é o resultado direto de um individualismo e de uma noção de autoria.

5.8.3 Indagações atuais

O princípio de respeitar os direitos autorais não é restrito à nação de um autor, a questão do direito autoral já ultrapassou o oceano, hoje já existem tratados internacionais que dispõem sobre o assunto de uma forma um tanto categorizada. Manso (1987), Gandelman (1997) e Martins Filho (1998) dissertam sobre alguns acordos firmados em âmbito internacional, incluindo o Brasil com: a Convenção de Roma (em 26 de outubro de 1961); a Convenção Universal (em 24 de julho de 1971); a Convenção de Genebra (em 29 de outubro de 1971); a Convenção de Berna (em 9 de setembro de 1886); e o acordo que trata das questões dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, que observam o princípio da reciprocidade no tratamento jurídico da autoria, isto é, dar aos autores e titulares de países aderentes aos convênios a mesma proteção legal que cada país dá a seu autor ou titular nacional (GANDELMAN, 1998).

A primeira vez que se mencionou uma lei que regulamentasse a questão dos direitos autorais no Brasil foi durante a primeira Constituição Republicana, em 1891, no parágrafo 26, do artigo 72:

Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar (MANSO, 1987).

Na década de 1970, este critério passou a ser aplicado através da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, posteriormente, foi revogada pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regula a questão do direito autoral no Brasil.

A implicação do direito autoral tornou-se uma grande polêmica com o advento dos livros eletrônicos. A facilidade de publicação e reprodução de conteúdos na internet é discutida, e cada vez surgem mais questionamentos sobre o assunto. Um esclarecimento importante é o de Silva (2002, p. 9):

Sempre que se criam novas formas tecnológicas de reprodução e armazenamento de documentos, modifica-se o conceito de direito do autor e, ao mesmo tempo, abre-se discussão acerca das formas de remuneração/arrecadação do que é devido ao autor na nova mídia.

Se o conceito é modificado, o efeito em âmbito de legislação deve ser revisto e discutido. Posteriormente, é necessário obter uma nova maneira para a remuneração dos autores, mas, com a facilidade de publicação na internet, a discussão parece não ter fim.

Existe um projeto de lei que visa modificar a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais. O projeto afirma que:

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA torna público, nos termos do art. 34, inciso II, do Decreto no 4.176, de 28 de março de 2002, projeto de lei que altera e acresce dispositivos à Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Além disso, Erenice Guerra, (Ministra da Casa Civil) afirma que:

OA relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas, até o dia 28 de julho de 2010, à Casa Civil da Presidência da República, Palácio do Planalto, Brasília-DF, CEP 70.150-900, com a indicação "Sugestões ao projeto de lei que consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências", pelo e-mail: direitoautoral@planalto.gov.br e pelo sítio <http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral>.

No projeto de lei é possível encontrar alguns dos principais conceitos que serão reavaliados:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

II - emissão - a difusão de sons, de sons e imagens [...]
III - transmissão - a difusão de sons e imagens [...]
IV - retransmissão - a emissão ou transmissão simultânea da transmissão ou emissão de uma empresa por outra [...]
V -

distribuição - a oferta ao público de original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas [...] VII - **reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido; [...] a reprodução não autorizada, ressalvados os casos em que a Lei dispensa a autorização;** (BRASIL. Projeto de Lei. Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, grifo nosso).

O grande problema é definir a questão do direito autoral de modo que não implique em restrição para o usuário nem prejudique a remuneração dos seus autores. Esta linha é tênue, e reavaliar esta lei pode ser encarado como um avanço, mas talvez nem mesmo a atualização da Lei 9.610 solucione o problema de modo completo.

É provável que, no contexto da informação eletrônica, o conceito de direito autoral ainda passe por mudanças. Mas esse é um processo lento, o que, a curto prazo, ainda não permite saber o que reservará o futuro do direito de propriedade intelectual.

5.8.4 Direito autoral na web

O acesso à *Web* mudou consideravelmente nos últimos 10 anos, popularizar a rede mundial de computadores, implica também na mudança de determinados e tradicionais conceitos do direito autoral. Negroponte (1995 apud VILLAÇA, 2002) assegura que a lei de direito autoral está completamente ultrapassada. Em contraste, Paula (2005) declara que a *World Wide Web* representa o auge das ilegalidades perpetradas em relação aos direitos autorais. Uma perspectiva mais otimista é a de Gandelman (1997), ele acredita que, devido a evolução das modernas e sofisticadas tecnologias de informação, a lei do direito autoral carece ser revista e adequada para o mundo da *Web*. Silva (2000) complementa:

O direito autoral é tema de grande debate por conta das facilidades de publicação e reprodução de documentos produzidos na e para a internet. Sempre que se criam novas formas tecnológicas de reprodução e armazenamento de documentos, modifica-se o conceito de direito do autor e, ao mesmo tempo, abre-se discussão acerca das formas de remuneração/arrecadação do que é devido ao autor na nova mídia.

Eis o ápice da discussão: como ficará a questão da lei dos direitos autorais na Web? Podem ser considerados como documentos eletrônicos? De acordo com Villaça (2002) as leis do *copyright* do mundo material não podem ser aplicadas ao virtual. Bottentuit Junior e Coutinho (2007) dissertam que muitas pessoas acreditam que todas as informações disponíveis na internet são de domínio público, mas esta é uma prática ilegal e quem as pratica comete crime de violação dos direitos autorais.

Martins Filho (1998) afirma que se alguém compra um livro, digitaliza e disponibiliza na *internet*, isto não lhe dá o direito de explorá-lo comercialmente sem a autorização do autor da obra. Já Gandelman (1997) assegura que os direitos autorais continuam com a mesma vigência na *World Wide Web*, do mesmo modo como no mundo físico. Partindo deste pressuposto, migrar obras do formato impresso para os *bits* em nada deve alterar os direitos de propriedade intelectual anteriormente fixada em lei. Neste contexto, o direito de reproduzir uma obra é exclusivo de seu titular, sobretudo o direito de reproduzi-la em formato eletrônico, sendo assim, é necessária a autorização do autor, e caso seja publicada sem autorização, aquele que comete este ato, infringe a lei.

Martins Filho (1998) defende a ideia de que as obras intelectuais (livros, vídeos, filmes, fotos, obras de artes plásticas, música, intérpretes etc.), mesmo em formato digital, não perdem sua proteção, portanto é proibido o seu uso sem prévia autorização.

Gurgel et al (1999) afirmam que diversos autores não têm sequer conhecimento de que suas obras estão sendo violadas na internet. Uma

observação interessante do *site E-commerce*⁴² é que, ao se adquirir um livro eletrônico, este é somente para obter conhecimento e NÃO é dado ao usuário o direito de comercialização ou reprodução. Assim sendo, os *e-books* não podem ser alterados, copiados, distribuídos ou comercializados de nenhuma forma, sem a expressa autorização de seu autor.

A contenda em âmbito de legislação aparenta não ter fim, pois, o artigo 5º, inciso XXVII da Constituição Federal (1988, p. 9), garante: “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar”. Além disso, o artigo 7º, da lei 9.610, declara que “são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”. Quanto a uma autorização prévia, o artigo 29, inciso VII, elucida que:

[...] a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário.

Traduzindo, isso significa que para reprodução e disponibilização de qualquer documento na internet, deve-se ter autorização prévia do autor ou do titular da obra.

Sendo assim, quem seria definido como autor? Segundo a Lei 9.610, artigo 11: “autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, e o artigo 12 adiciona: “para se identificar como autor, poderá o criador da obra usar seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional”. O artigo 18 afirma que: “a proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro”. Isso significa que não é necessário realizar o depósito legal para assegurar o direito de propriedade intelectual.

⁴² <<http://www.e-commerce.org.br>>

Esta questão ainda envolve diversas implicações. As discussões sobre publicação na *internet* se violam ou não os direitos autorais ainda são extensos e controvertidos. Em âmbito de legislação, tudo aparenta ser crime, mas diante da realidade da *Web*, local onde tudo parece ser público, o assunto adquire outra ótica. Ninguém é dono da *internet*, seguindo este pensamento, é controvertido alguém reclamar sobre algum direito daquilo que está na *Web*.

Um agravante para este fenômeno de disponibilização gratuita de conteúdos na *Web* é a explosão das redes sociais. As redes sociais possibilitam o intercâmbio de variados tipos de informações, variando do entretenimento ao conteúdo científico. Tal fenômeno aproxima não somente pessoas, mas instituições de diversas áreas. E assim como a utilização do periódico ajudou na disseminação de pesquisas, as redes sociais e motores de busca podem contribuir para as novas pesquisas do século XXI.

6 Considerações finais

6.1 O livro vai acabar?

A resposta é simples: não. Pensou-se a mesma coisa sobre a memória, quando foi inventada a escrita. Mas Umberto Eco afirma que não: “Não contém com o fim do livro”, sua nova obra que esclarece essa euforia levantada por jornalistas no mundo inteiro. O livro eletrônico completa 10 anos em 2010, o livro impresso, em seu formato atual, 5 séculos.

A reportagem de Carina Lessa no *Jornal do Brasil*, comentando sobre a obra de Umberto Eco e Jean-Claude Carrière, afirma que:

Se para muitos o e-book é festejado e para outros o futuro do livro é cada vez mais motivo de insônia, para Eco e Carrière, ambos os pontos são neutralizados já no segundo dos 15 capítulos. Se carregar livros em um pequeno aparelho portátil e eletrônico protege-os do pesadelo de *O nome da rosa* – volumes consumidos pelo fogo – também devemos aceitar que não há “nada mais efêmero do que os suportes duráveis”, como afirma Carrière. Ou ainda, segundo Eco, “em todo caso, se a memória visual e sonora do século 20 se apaga durante um blecaute, ou de outra maneira qualquer, sempre nos restará o livro”.

Eco e Carrière classificam a euforia dos *e-books* como um excesso de consumo. Este pensamento é sugerido como uma forma de que os livros continuam sendo vendidos normalmente e o conforto de carregar consigo um livro impresso é insubstituível. Nos EUA, por exemplo, um livro eletrônico de fato é mais barato que um livro impresso, mas esta realidade é diferente no Brasil. De acordo com a Livraria Cultura, um de seus *e-books*, por exemplo, “*Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*”, de Ana Beatriz Barbosa Silva⁴³, custa em torno de R\$ 28,90, enquanto a sua versão impressa fica em torno de R\$ 36,90, mas caso o usuário seja cadastrado no programa “+ cultura”, o preço

⁴³ www.livrariacultura.com.br

cai para R\$ 29,56. Este valor está acima de um exemplar em formato digital, mas ainda não foi somado o valor para se adquirir o leitor eletrônico.

Sendo assim, manter o consumo de *e-books* no Brasil acaba não possuindo tanta vantagem como em outros países. Eco e Carrière defendem que a invenção do livro é semelhante à da colher, pois o livro com capa dura ou não, com acabamentos de ouro, como houve na idade média, independente de que como se apresente, continuará sendo um livro.

6.2 Mais perguntas do que respostas

Duas implicações que atrasam a disseminação do livro eletrônico no Brasil, a questão do direito autoral e o custo ainda alto. Ao aferir sobre a questão do direito autoral no Brasil, encontra-se mais perguntas do que resposta, o que pode-se afirmar é que: a lei sobre direito autoral no Brasil está atrasada com relação aos outros países. Isso atrasa muito a disseminação da nova tecnologia, pois a discussão sobre direito autoral no Brasil é extensa e contraditória. É necessária uma reforma urgente da lei 9.610, que dispõe sobre a questão dos direitos autorais no Brasil.

A outra questão importante é o custo. O preço do livro eletrônico bem como os dispositivos para executar a leitura, ainda é caro até nos EUA.

Poderá coexistir livro impresso e eletrônico? Apesar da polêmica, mas tendo esta pesquisa como base, a resposta é sim. Livros impressos e digitais coexistirão dentro da sociedade da informação, ambos contribuirão segundo o seu papel.

Uma das vantagens que o livro eletrônico contribuirá é na questão de referência e acesso a obras completas. Quem nunca quis encontrar uma determinada passagem em um livro de conteúdo extenso, mas não conseguiu.

Neste tipo de caso o livro eletrônico é muito bem vindo, pois pode atuar como ferramenta para recuperação da informação. Um exemplo é o que ocorre com os periódicos em meio eletrônico, a recuperação destes não depende apenas da catalogação e dos termos de indexação e resumo, as pesquisas podem ser realizadas utilizando a opção de texto completo para a recuperação da informação. Operação muito comum no universo de bibliotecas digitais.

Mas as diversas implicações não acabam, existem várias questões envolvendo os direitos autorais. Mas para evitar complicações diante da lei, Gurgel et al (1998), afirmam que necessita-se um tratado mundial para manter livre o fluxo de informações e para proteger os direitos do autor tanto no impresso como na *web*, e a utilização de uma obra é necessária a autorização do autor. Mas isso contradiz a proposta da *web*, onde tudo deveria ser de uso do bem comum.

Esta pesquisa encontrou duas linhas de pensamento bem sólidas diante do enorme fluxo de informação encontrado na *internet*, diante da análise dos documentos, o melhor caminho aparente, é uma lei que harmonize e regule o direito autoral e o fluxo de informação *web* sem desrespeitar o direito de cada autor, nem impedir que o usuário final fique sem a informação desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. 1312 p.
2. ALMEIDA, Cleide Rita Silvério; SIMÕES, Paulo Roberto Rodrigues. Uma leitura dos registros da indisciplina escolar sob a ótica do pensamento complexo. In: **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 4, Educação, p. 155-162, 2005.
3. AMARAL, Sueli Angélica do. **Marketing**: abordagem em unidade de informação. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.
4. AQUINO, Mirian de Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital: criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago. 2004.
5. BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 351 p.
6. BARKER, Philip G. Electronic books. **Educational and Training Technology International – Special Edition**, v. 28, n. 4, p. 269-368, 1991.
7. BARKER, Philip. **Exploring Hypermedia**. Londres : Kogan Page, 1993.
8. BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003. 238 p.
9. BENÍCIO, Christine Dantas. **Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na biblioteca eletrônica**. 2003. 142 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://www.rabci.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
10. BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. A problemática dos e-books: um contributo para o estado da arte. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA EM SISTEMAS, CIBERNÉTICA E INFORMÁTICA (CISCI), 6., 2007, Orlando (EUA). **Memórias...** Orlando (EUA), v. 2, p. 106-111, jul. 2007. Disponível em:

- <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6717/1/book.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2010.
11. BRASIL. Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 fev. 1998. p. 3.
 12. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007, 88 p.
 13. BRASIL. Projeto de Lei. Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_andamento.htm> Acesso em: 14 jul. 2010.
 14. CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2000.
 15. CARVALHO, Kátia de. O admirável mundo da informação e do conhecimento: livro impresso em papel e livro eletrônico. **Biblos**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, Lima, Perú, v. 7, n. 24, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/161/16172403.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.
 16. CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; DUARTE, Jaqueline Moraes. **Do livro impresso ao e-book**, [2003]. Disponível em: <189.47.157.112:8080/ra_unesp/bitstream/123456789/.../slides.ppt>. Acesso em: 23 jul. 2009.
 17. CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. 1. reimpr. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999. 159 p.
 18. CORRAL, Milagros del. A cultura do escrito na era da globalização: qual futuro para o livro? In: PORTELLA, Eduardo (org.). **Reflexões sobre os caminhos do livro**. São Paulo: UNESCO / Moderna, 2003, p.193-204
 19. CORREIA, Ana Lúcia Merege. O livro impresso, trajetória e contemporaneidade. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 27-46.

20. COSTA, Rosemarie de Almeida. A dupla face de Janus: passado, presente e futuro das bibliotecas rumo à era da virtualização da informação. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **O sonho de Otlet**: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 109-135.
21. DIAS, Cláudia Augusto. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a4.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.
22. FARBIARZ, Alexandre; NOJIMA, Vera Lúcia Moreira dos Santos. Um breve olhar sobre a ruptura eletrônica do livro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom/Portcom, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP04_farbiarz.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2010.
23. FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.
24. _____. **Textos avançados em referência e informação**. São Paulo: Polis, 1996.
25. FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Miranda (Org.). **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.
26. FROSSARD, Vera. Tipos e bits: a trajetória do livro. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **O sonho de Otlet**: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 47-73.
27. FROSSARD, Vera Cecília. **A trajetória do livro**: da matéria impressa ao mundo digital novas possibilidades emergem para a aquisição do conhecimento. Orientadores: Maria de Nazaré Freitas Pereira e Carlos José Pereira de Lucena. Rio de Janeiro: UFRJ-ECO/IBICT, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). p. 43.
28. GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à Internet**: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 1997. 254 p.
29. GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Tradução de Antonio Briquet de Lemos. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 1995.

30. GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Corr. e aum. Brasília, DF: IBICT, 1994.
31. GURGEL, Leonardo Basílio et al. O direito autoral e os crimes de informática. **Opinião Jurídica**, v. 4, n. 21, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/opiniao/infjur03.html>>. Acesso em: 29 maio 2010.
32. HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.
33. IBICT. **Software para automação de bibliotecas**. Disponível em: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=Biblioteca%20do%20IBICT/Fontes%20Informa%E7%E3o/Software%20para%20Automa%E7%E3o%20de%20Bibliotecas> Acesso em: 21 abr. 2010.
34. INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA. **Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil – DOC-ICP-15 – Versão 2.0**. [S.l.: s.n.], 6 abr. 2010. Disponível em: <http://www.it.gov.br/wiki/pub/Certificacao/Doclcp/DOC-ICP-15.02_-_versao_1.0.pdf> Acesso em: 14 jul. 2010.
35. MARTINS FILHO, Plínio. Direitos autorais na internet. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 183-188, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/2729811.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2010.
36. MELLO JUNIOR, José de. Identidade cultural, conhecimento e mercado editorial: o livro na fronteira do impresso com o eletrônico. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/josedemellojr.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.
37. LANCASTER, Wilfred. The evolving paperless society and its implications for libraries. **Int. Forum Inf. Doc.**, v. 7, n. 4, p. 3-10, 1982.
38. LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1996.
39. LIVRO ELETRÔNICO COM TELA COLORIDA SAI POR US\$ 1 MIL NO JAPÃO. **G1**, 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1049752-6174,00-LIVRO+ELETRONICO+COM+TELA+COLORIDA+SAI+POR+US+MIL+NO+JAPAO.html>>. Acesso em: 20 out. 2009.

40. MACHADO, Arlindo. Fim do livro?. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, p. 201-214, maio/ago. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/13.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.
41. MANSO, Eduardo J. Vieira. **O que é direito autoral**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 92 p.
42. MARTINS, Gustavo. **Veja como funcionam os e-readers, candidatos a substitutos dos livros**. UOL, 2008. Disponível em: <<http://entretenimento.uol.com.br/ultnot/2008/10/20/ult4326u1152.jhtm>>. Acesso em: 11 jul. 2010.
43. MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, Brique de Lemos, 1999. 206 p.
44. McKENNA, Brian. The Coming of the electronic book. **Online & CD-ROM Review**, v.22, n. 5, p. 346-348, 1998.
45. MENDONÇA, Felipe Marra. Para ler ou ouvir histórias na era da tecnologia. **Carta Capital**, 2009. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=7&i=3381>>. Acesso em: 10 maio 2010.
46. MELLO JUNIOR, José de. Identidade cultural, conhecimento e mercado editorial: o livro na fronteira do impresso com o eletrônico. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/josedemellojr.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.
47. NIEDERAUER, Juliano. **Livros eletrônicos vão substituir os livros de papel?**, 2002. Disponível em: <<http://www.niederauer.com.br/artigos/01112002.php>>. Acesso em: 1 maio 2010.
48. OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de. **Livros virtuais**: a literatura na rede, 2000. Disponível em: <http://www.cibersocietat.net/congreso/comms/c06andrade.htm> Acesso em: 25 abr. 2010.
49. OLIVEIRA, José Renato Gomes de. O futuro do livro na era da computação. Revista Eletrônica **O Olho da História**, Salvador (BA), p. 1-15, 2004. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/futurodolivro.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

50. PAIVA, Marcus Vinícius Jacob. **Os impactos das bibliotecas virtuais sobre os hábitos de leitura e estudo**. 2008. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/os-impactos-das-bibliotecasvirtuais-sobre-os-habitos-de-leitura-e-estudo>>. Acesso em: 11 mar. 2010.
51. PARANAGUÁ, Pedro. Direitos autorais, novas tecnologias e acesso ao conhecimento. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 123-132.
52. PASCAL Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Editora Escala, 2006.
53. PAULA, Alexandre Sturion de. O direito autoral de textos e a proteção jurídica de imagens diante das novas tecnologias. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 95, 15 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7702>> Acesso em: 11 jun. 2010.
54. PEREIRA, Edmeire Cristina; RUTINA, Raquel. O século XXI e o sonho da biblioteca universal: quase seis mil anos de evolução na produção, registro e socialização do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 5-19, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/590>>. Acesso em: 14 abr. 2010.
55. PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Bibliotecas virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/537/489>>. Acesso em: 19 jan. 2010.
56. PINSKY, Daniel. **O uso do livro eletrônico no ensino superior sob a ótica dos professores universitários e profissionais de editoras**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29052009-091004/>>. Acesso em: 29 maio 2010.
57. PRESSE, France. **Japão lança livro eletrônico a cores**. G1, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1049537-

- [9356.00-JAPAO+LANCA+LIVRO+ELETRONICO+A+CORES.html](#)>
Acesso em: 23 jul. 2010.
58. PROCÓPIO, Ednei. **Construindo uma biblioteca digital**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2005. 114 p. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/download/biblioteca_digital.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.
59. QUEIROZ, Rita de C. R. de. A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2007, Salvador (BA). **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/RitaQueiroz.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2010.
60. RIBEIRO, Jorge Alves; SANTOS, Paulo Alexandre Gomes dos. **Ebook**. Disponível na Internet via <http://www.student.dei.uc.pt/~torres/Ebook.htm>. Arquivo consultado em 06/07/00.
61. RODRÍGUEZ BALLESTER, Alejandra. **Libro electrónico**: la batalla por la biblioteca virtual recién empieza, Clárin, 2009. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2009/02/22/sociedad/s-01863805.htm>> Acesso em: 22 jul 2010.
62. ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Tradução Antonio A. Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2002.
63. RUST, Luiz Fernando. **Segurança em Redes**. INMETRO, 2010. Disponível em: <<http://equipe.nce.ufrj.br/rust/Mestrado%202009/Mestrado2009-6.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2010
64. SABER digital: descubra como montar uma biblioteca particular em seu PC ou handheld e acesse obras clássicas em formato eletrônico. **Universia**, 2002. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=884>>. Acesso em: 2 maio 2010.
65. SANTOS, Ednei dos. Os diversos formatos dos arquivos de livros eletrônicos. **Ebookcult**, 2009. Disponível em: <www.ebookcult.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2010.
66. SHANNON, Parker. **The library of structured COBOL programs**: concepts, definitions, structure charts, logic, code. Wellesley, Estados Unidos: QED Information Sciences, 1987. 125p.

67. SHERA, J. Epistemologia Social, Semântica Geral E Biblioteconomia. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1 p. 9-12, 1977.
68. SILVA, Giana Mara Seniski; BUFREM, Leilah Santiago. Livro eletrônico: a evolução de uma ideia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande (MS). **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom/Portcom, 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/.../NP4BUFREM.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2010.
69. SILVA, L. O. M. O livro eletrônico: mudando paradigmas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2002, RECIFE. ANAIS DO XII SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2002.
70. _____. Softbook e Rocket book: o livro eletrônico dos átomos ao bits. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **O sonho de Otlet**: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 75-105.
71. VELASCO, Juliana; ODDONE, Nanci. O livro eletrônico na prática científica: estratégia metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--069.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2008.
72. VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico?**: um trajeto de leitura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 144 p.
73. WEISZFLOG, Walter. **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2009. p. 2288.
74. **WHAT'S an ebook?**. Disponível em <<http://www.ebookbet.com/about/indexwhere.htm>>. Acesso em 28 jan. 2010.
75. WIENER, Nobert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1968. 190 p.